

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

BRUNNA BORGES DE PAULA

**A GEOESTRATÉGIA RUSSA ANTE A CRISE UCRANIANA: O INTERESSE NO
MEDITERRÂNEO (1992-2022)**

Uberlândia

2024

BRUNNA BORGES DE PAULA

**A GEOESTRATÉGIA RUSSA ANTE A CRISE UCRANIANA: O INTERESSE NO
MEDITERRÂNEO (1992-2022)**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Laurindo Paulo Ribeiro Tchinhama

Uberlândia

2024

A GEOESTRATÉGIA RUSSA ANTE A CRISE UCRANIANA: O INTERESSE NO MEDITERRÂNEO (1992-2022)

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Laurindo Paulo Ribeiro Tchinhamá

BANCA EXAMINADORA

Uberlândia, 12 de novembro de 2024

Prof. Dr. Laurindo Paulo Ribeiro Tchinhamá (IERI-UFU)

Prof. Dr. Flávio Pedroso Mendes (IERI-UFU)

Prof. Dr. Edson José Neves Júnior (IERI-UFU)

RESUMO

Faz-se um levantamento teórico sobre os conflitos internacionais no campo das Relações Internacionais sob a perspectiva realista, principalmente, à luz das literaturas de Kenneth N. Waltz e John J. Mearsheimer, para tecer a hipótese sobre a busca russa por novas zonas de influência na região do Mediterrâneo como resposta ao enfraquecimento do país no leste europeu a partir da crise ucraniana. Com esse fim, o trabalho parte da pergunta de pesquisa sobre como a Rússia responde de forma geográfica e estratégica às crises na Ucrânia desde a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1991. Para tanto, resgata-se aspectos históricos do Império Russo (1721-1917) e da própria URSS para melhor compreender as estruturas políticas, diplomáticas e militares da Rússia e suas relações com as ex-repúblicas soviéticas. As crises na Ucrânia, no pós-1990, demonstra a guinada política do país orientada para instituições ocidentais como a União Europeia e Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), como é observado na Revolução Laranja de 2004, Revolução Ucraniana de 2014 e com a eclosão da Guerra na Ucrânia em 2022. Dentre as conclusões preliminares, tem-se que a Rússia se volta geoestrategicamente ao sul do Mediterrâneo para projetar o seu poder em uma nova zona de influência, visto que a expansão da OTAN para o leste europeu, inserida em uma estrutura multipolar do sistema internacional inaugurada ao fim da Guerra Fria, traduz-se no enfraquecimento da hegemonia russa e aumento da instabilidade e ocorrência de guerras na região. Diante da crise na Ucrânia, a Rússia busca aprofundar suas relações com países do Mediterrâneo, em especial, Argélia, Egito, Líbia e Síria, no encalço de obter uma posição hegemônica, antagonizando com o Ocidente.

Palavras-chave: Mediterrâneo; OTAN; Realismo; Rússia; Ucrânia.

ABSTRACT

This work addresses the question of Russian geostrategy following the loss of its hegemony in Eastern Europe after the dissolution of the USSR in 1991. It also examines the role of the Mediterranean region in Russian foreign policy, focusing on Algeria, Egypt, Libya and Syria. The first preliminary conclusion is that Russia projects its power in the southern Mediterranean as a new zone of influence since NATO's expansion into Eastern Europe in the post-Cold War. This period marked the transition of the international system to a multipolar structure, which undermined Russian hegemony and rendered the system more unstable and prone to greater occurrences of conflict compared to the relative stability of the bipolar structure during the Cold War. The crisis in Ukraine — spanning from the Orange Revolution in 2004, through the Ukrainian Revolution in 2014, to the war in Ukraine in 2022 — reflects how Russia formulates its strategies in the post-Soviet space in the post-Cold War era, particularly regarding Ukraine and its political shift toward the West, with its interest in integrating the European Union and North Atlantic Treaty Organization (NATO). To that end, this work presents the interpretations of Realism, primarily the works of Kenneth N. Waltz and John J. Mearsheimer on the international conflicts, and provides a historical analysis of Russia's role during the Russian Empire (1721-1917) and URSS (1922-1991).

Keywords: Mediterranean; NATO; Realism; Russia; Ukraine.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa do Império Russo	25
Figura 2 - Mapa da URSS com os os nomes dos países e limitações territoriais após a sua dissolução	28
Figura 3 - Mapa da Ucrânia em 2022	37
Figura 4 - Mapa da expansão da OTAN e da UE para o leste europeu	44
Figura 5 - Mapa das regiões separatistas de Donetsk e Lugansk de maioria russa étnica na fronteira entre Rússia e Ucrânia	45
Figura 6 - Principais localidades de atuação do Grupo Wagner entre 2014 e 2019	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIE - Agência Nacional de Energia

AIM - Movimento Islâmico Armado

CEI - Comunidade dos Estados Independentes

CNA - Congresso Nacional Africano

FLN - Frente de Libertação Nacional

GIA - Grupo Islâmico Armado

GNA - Governo do Acordo Nacional

ISIS - *Islamic State of Iraq and Syria*

LNA - *Libyan National Army*

MENA - *Middle East and North Africa*

NCBWA - *National Congress of British West Africa*

OCDE - Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

PpP - Parceria para a Paz

RI - Relações Internacionais

SI - Sistema Internacional

SIA - Exército de Salvação Islâmica

UE - União Europeia

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
3 A DÉCADA DE 1990: AS RELAÇÕES ENTRE RÚSSIA E UCRÂNIA NO CONTEXTO DO PÓS-GUERRA FRIA	24
3.1 O Império Russo (1721-1917).....	24
3.2 Da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) à sua dissolução.....	28
4 A GEOESTRATÉGIA RUSSA ANTE AS CRISES UCRANIANAS DE 2004 E 2014....	37
5 O NOVO ÍMPETO DIPLOMÁTICO DA RÚSSIA NO MEDITERRÂNEO.....	47
5.1 As relações da União Soviética na região do MENA.....	47
5.2 A diplomacia russa no Mediterrâneo ante as crises na Ucrânia após o hiato nas relações Rússia-MENA na década de 1990.....	49
5.2.1 Argélia.....	50
5.2.2 Egito.....	51
5.2.3 Líbia.....	53
5.2.4 Síria.....	54
5.3 Considerações Finais.....	58
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS.....	63

1 INTRODUÇÃO

Dado o interesse em esquadriñar a geoestratégia russa perante a crise na Ucrânia, e como suas consequências afetaram a influência de poder da Rússia na região do Mediterrâneo, o contexto da Guerra Russo-Ucraniana desde 2014 torna-se fundamental para compreender como o governo russo formula suas relações de poder com o mundo. Com isso em vista, a partir da eclosão da Guerra na Ucrânia, em 2022, a Rússia aprofundou sua posição estratégica que ocupa no globo, bem como a assimetria de suas relações com as ex-repúblicas soviéticas, as quais são relevantes para a sua esfera de poder. Além disso, a guerra modificou as buscas por áreas de influência do país que direcionam maior foco à região do Oriente Médio e o Norte da África (MENA¹), que se refere à sigla em inglês *Middle East and North Africa*.

Nesse sentido, este trabalho, debruça-se nos influxos da expansão do poder russo sobre os países do Mediterrâneo, principalmente, em relação ao Egito, Argélia, Síria e à Líbia. Esse comportamento deve-se ao fato de a Guerra Russo-Ucraniana demonstrar alterações no padrão de segurança no mundo dada a expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)² para o leste europeu e a perda de influência da Rússia nesta região. Logo, o país busca colocar-se estrategicamente na região do MENA.

Para melhor compreender a geoestratégia russa no Mediterrâneo à luz da crise ucraniana, este trabalho levanta questionamentos que exigem reflexões relevantes, quais sejam: o que levou a perda de influência da Rússia nas ex-repúblicas soviéticas desde a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)? Como se deu a escalada da crise ucraniana antes da eclosão da guerra na Ucrânia em 2022? O que levou à intensificação das agressões entre Rússia e Ucrânia ao final de 2021 a ponto de acarretar uma guerra da dimensão atual? Como, a partir desta guerra, os padrões de segurança se alteraram no leste europeu e na região do MENA? Como a Rússia expandiu geopoliticamente sua área de influência desde a dissolução da URSS? Como se dão as relações diplomáticas entre a nação russa e os países referidos anteriormente da região do MENA?

¹ Doravante, para se referir ao Oriente Médio e o Norte da África em conjunto, será utilizada a sigla MENA e será empregada a expressão Mediterrâneo como sinônimo de MENA.

² A criação da OTAN em 1949 foi uma resposta dos Estados Unidos e seus aliados da Europa Ocidental à União Soviética no contexto da Guerra Fria (1947-1989), cujo objetivo era intensificar e legalizar a presença militar estadunidense no continente europeu (VISENTINI, 2012).

Todos esses questionamentos levam a questão central do presente trabalho: qual é a resposta geoestratégica da Rússia ante as consequências trazidas pela crise ucraniana em termos de expansão de seu poder geograficamente no período de 1992 a 2022?

Sendo assim, a hipótese deste trabalho reflete sobre as consequências trazidas pela crise ucraniana, as quais dizem respeito às sanções impostas à Rússia pelo Ocidente, o que levou o governo russo a visar os países ao sul do Mediterrâneo como nova zona de interesse. A presença da Rússia no MENA se dá, principalmente, a partir da captação de negócios pelo Grupo Wagner³, nos quais ocorrem trocas de recursos naturais e apoio diplomático para a Rússia e de segurança e ajuda militar com fornecimento de armas para os países do MENA.

Com isso em vista, o objetivo central do trabalho é analisar de que forma e em que medida as consequências da crise ucraniana, desde a dissolução da URSS à Guerra na Ucrânia em 2022, impactam na busca de novas áreas de influência da Rússia. Ademais, tem-se objetivos específicos: i) examinar as relações da Rússia com as ex-repúblicas soviéticas na década de 1990, bem como delinear a escalada do conflito da Ucrânia nas décadas de 2000 e 2010; e ii) compreender a relação da Rússia com os países do MENA.

À vista dessas questões, esse trabalho tem como apoio teórico fundamentos da literatura das Relações Internacionais (RIs) ao partir da concepção dos três níveis de análise da guerra do teórico neorrealista Kenneth Waltz, a qual é composta pelo sistema internacional (SI), Estados e indivíduos. Esses três níveis de análise waltziano são evidenciados no contexto da crise ucraniana no fim da Guerra Fria, respectivamente, pelo (1) desenvolvimento de uma ordem de segurança europeia e a expansão da OTAN; (2) fracasso da democracia russa e; (3) pela figura do presidente russo Vladimir Putin (FORSBERG; PATOMÄKI, 2022).

Para tanto, a partir de uma abordagem qualitativa, o trabalho em questão se utiliza do método hipotético-dedutivo baseado em revisão bibliográfica para investigar e compreender os fenômenos contidos nas estratégias diplomáticas e militares da Rússia na região do Mediterrâneo

³ O Grupo Wagner se trata de uma organização paramilitar, isto é, grupos de civis com estruturas semelhantes às forças armadas, de origem russa que atuam também na África. É uma rede de empresas e grupos de mercenários com ligação com o Departamento Central de Inteligência (GRU) das Forças Armadas Russas fundado supostamente em 2014 por Dmitri Utkin, ex-soldado russo com aspirações nazistas. Sua atuação se dá principalmente na Ucrânia e na Síria. Após a morte do oligarca russo Yevgeny Prigojin, chefe do grupo, em 2023, o Grupo Wagner está sob controle direto do Kremlin (THE ECONOMIST, 2022).

a partir da década de 1990 sob arcabouço teórico da teoria realista das RIs. Dessa forma, dado o atrito com as ex-repúblicas soviéticas, mas principalmente com a Ucrânia, busca-se deduzir hipóteses e verificar se estas são consistentes com o papel da Rússia no sistema internacional. Por conseguinte, examina-se os casos específicos dos países do Mediterrâneo para reforçar as premissas gerais da geoestratégia russa ante a crise ucraniana. Com esse objetivo, são analisados casos sobre as relações russas com os seguintes países do MENA: Argélia, Egito, Líbia e Síria.

Nesse panorama, do ponto de vista teórico-conceitual, a proposta do trabalho parte das análises feitas pelo teórico John J. Mearsheimer, teórico realista e precursor da corrente do realismo ofensivo nas RIs. Sobre a crise na Ucrânia, o autor parte de críticas sobre as decepções contidas na disseminação da ordem liberal executada predominantemente pelos países da OTAN. Para Mearsheimer (2022), a partir de 2014, a Guerra Russo-Ucraniana expõe a *realpolitik* como uma prática diplomática ainda relevante na orientação política dos Estados, com apoio em preceitos que se destoam da ordem liberal e definem-se como uma política externa regida por ações racionais no âmbito de um SI competitivo.

Conforme Mearsheimer (2022), a guerra possui duas principais causas. A primeira delas diz respeito à responsabilidade dos Estados Unidos na crise na Ucrânia — o que não enjeita a ação ofensiva de Vladimir Putin em começar a guerra propriamente dita — uma vez que a administração americana levou adiante políticas quanto a Ucrânia que antagonizavam com os interesses da Rússia, como a proposta de inclusão da Ucrânia à OTAN em 2021, durante o governo de Joe Biden. Como resposta, Putin invadiu a Ucrânia em fevereiro de 2022. A segunda causa apontada por Mearsheimer se refere à reação dos Estados Unidos ao enfrentar a ofensiva russa por meio do interesse em derrotar o país no conflito e do emprego de sanções para enfraquecê-la, ou seja, não há interesse em uma solução diplomática para a guerra.

Um dos pontos de partida para compreender o motivo pelo qual a Rússia procura as referidas áreas estratégicas, baseia-se na expansão da OTAN para o leste europeu. A aproximação da OTAN com a Ucrânia é interpretada como uma estratégia fracassada tomada pela Rússia, uma vez que o país não conseguiu obter negociações satisfatórias com a Ucrânia desde a sua independência em 1991, e tem a sua posição econômica enfraquecida no globo, em decorrência de um distanciamento genérico de seus combustíveis fósseis, petróleo e gás, em

relação aos de origem dos Estados Unidos e da China, por exemplo (FORSBERG; PATOMÄKI, 2022).

Em 2021, a Rússia começou a reforçar suas tropas ao longo da fronteira com a Ucrânia. O Ocidente compreendeu a postura russa como um instrumento diplomático, de *hard power*, ou seja, como uma tentativa de intimidar o governo ucraniano e um prelúdio de invasão ao país. Em 2018, a Rússia impôs um bloqueio comercial nos portos de Mariupol e Berdyansk, os quais se encontram no Estreito de Kerch ao norte do Mar Negro, entre a região da Crimeia e da Rússia, o que gerou impactos na economia ucraniana, visto que apreendiam e atrasavam navios comerciais nessa área. Em dezembro do mesmo ano, o presidente Putin exigiu demandas por garantias de segurança, as quais pretendiam neutralidade e vulnerabilidade à Ucrânia, bem como concessões por parte da OTAN para recuar sua área de influência no leste europeu e retornar à sua situação de 1997, que se delimitava até o território da Polônia. Mesmo com a incerteza de se materializar uma guerra, o governo ucraniano por quase uma década planejou e treinou as tropas das Forças de Defesa Territorial da Ucrânia. Em 24 de fevereiro de 2022 ocorreu um bombardeio russo limitado na Ucrânia e, posteriormente, seguiram-se alguns ataques de pequena escala (GALEOTTI, 2022).

A Guerra na Ucrânia encetada em 2022 evidenciou a influência do poder da Rússia em diversas regiões como Oriente Médio e União Europeia. Dessa forma, a premissa da guerra expansionista do presidente Putin ameaça a segurança de vários países do mundo, o que torna o estudo desse conflito relevante, visto que essas regiões dependem do comércio e de recursos naturais advindos da Rússia e as sanções praticadas contra o país afeta o acesso a importações russas. Os efeitos tanto na economia quanto na política afetam os países do Mediterrâneo, principalmente, no que diz respeito aos preços de alimentos e ao bloqueio das exportações de trigo da Ucrânia (POLIMENO, 2022).

Diante do exposto, para uma melhor análise e para seguir com os objetivos propostos, esse trabalho está dividido em cinco capítulos. O primeiro trata da fundamentação teórica que tem como finalidade apresentar a literatura de Relações Internacionais utilizada para analisar o fenômeno da guerra com base na teoria neorrealista de Waltz, abordando o dilema de segurança desenvolvido por John Herz, e pelas perspectivas do realismo ofensivo de Mearsheimer.

O segundo capítulo busca discorrer sobre as relações entre Rússia e Ucrânia na década de 1990, no contexto do pós-Guerra Fria, com base nos fatos históricos e nos estudos realizados por Mearsheimer e Waltz pela perspectiva das RIs que se somam à análise. Para tanto, resgata-se as relações históricas entre os dois países, desde o Império Russo à dissolução da União Soviética, para uma melhor compreensão dos mecanismos presentes na influência da Rússia na crise ucraniana.

O terceiro capítulo, por sua vez, trata das crises ucranianas nas décadas de 2000 e 2010, com foco na Revolução Laranja em 2004 e na Revolução Ucraniana de 2014. As consequências desses acontecimentos levaram a sanções impostas à Rússia por Estados-membros da OTAN e União Europeia e, portanto, a estratégia adotada pelo governo russo ante a essas crises é fundamental para a compreensão da presença direta e indireta da Rússia na região do MENA.

O quarto capítulo busca apresentar e desenvolver os estudos de caso das áreas de influência da Rússia no Mediterrâneo com (1) a militarização na Argélia, (2) o Governo Abdul Al-Sisi no Egito, (3) a atuação do Grupo Wagner na Líbia e o interesse econômico russo no país, e (4) a intervenção da Rússia na Síria em 2015 como resposta à expansão do Ocidente para o leste europeu e às sanções impostas pelos Estados Unidos. Por fim, tem-se as considerações finais a partir do entendimento da Guerra Russo-Ucraniana e sobre as estratégias adotadas pela Rússia dada a expansão da OTAN para o leste europeu, bem como a forma com que as relações do país com as nações do MENA se mantêm.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para fundamentar este trabalho à literatura de Relações Internacionais recorre-se às teorias realista e neorrealista das RIs, pautadas principalmente nas análises de John J. Mearsheimer e Kenneth N. Waltz. Dessa forma, para compreender como a Rússia responde geoestrategicamente à crise ucraniana, é tida como base as teorias realista e neorrealista para analisar os comportamentos racionais do Estado russo inserido em um SI de caráter anárquico, que visa dois objetivos centrais: a sobrevivência e a segurança.

Nesse sentido, para compreender o pensamento da corrente realista, retoma-se os pressupostos de um dos principais pensadores clássicos do realismo das RIs, o alemão Hans Morgenthau (1904-1980), que introduziu a teoria realista como uma das abordagens das RIs na década de 1960 e influenciou o trabalho de Waltz. Posteriormente, na década de 1970, Waltz desenvolveu a corrente do neorrealismo ou realismo estrutural, que difere do realismo clássico de Morgenthau e possui variantes como o realismo ofensivo e o realismo defensivo, as quais serão tratadas no decorrer deste capítulo (SNYDER, 2002).

Dado o ponto de partida teórico-conceitual deste trabalho, tem-se que os três níveis de análise sobre os conflitos internacionais apresentados por Waltz (1959) são compostos por (1) sistema internacional, (2) Estado e (3) indivíduo. Ressalta-se que, para fins deste trabalho, com foco no SI, a ordem construída por Waltz foi invertida. Para ele, o primeiro nível se trata do indivíduo; o segundo, Estado; e o terceiro, o sistema internacional. No âmbito do SI, Waltz (1959) aborda-o como anárquico e, portanto, sem a possibilidade de que haja harmonia entre os Estados de forma natural. Isso ocorre uma vez que os Estados se utilizam da força para atender seus próprios objetivos, nos quais o valor dos objetivos superam o valor de se obter a paz. Por conseguinte, o SI é parte intrínseca do conflito internacional.

Outrossim, segundo Waltz (1959), no âmbito dos Estados, o conflito promove a unidade interna de cada Estado envolvido, isto é, considera-se o caráter doméstico na natureza dos conflitos internacionais. A natureza das instituições políticas de um Estado e as características das elites e povo que o compõem determina se o Estado será pacífico ou beligerante (SINGER, 1960). Por fim, o último elemento dos níveis de análise, os indivíduos, baseia-se na ideia de que as principais razões para a ocorrência de guerras estão pautadas na natureza e no comportamento

humano. As guerras são resultados, por exemplo, do egoísmo e de impulsos agressivos mal direcionados dos indivíduos. Os demais aspectos que incitam os Estados a começarem uma guerra são aqui considerados secundários (WALTZ, 1959). Contudo, para o realismo ofensivo de Mearsheimer, que será tratado ainda neste capítulo, o primeiro nível de análise de Waltz, embora possa influenciar o comportamento dos Estados no SI, não é um fator essencial. Na Guerra na Ucrânia, Walt (2023) demonstra esse argumento ao questionar os cenários da crise ucraniana, caso o presidente da Ucrânia continuasse sendo Petro Poroshenko (2014-2019) ao invés de Volodymyr Zelensky ou, no caso do governo americano, se ainda fosse Donald Trump (2017-2021) no lugar de Joe Biden (2021-2024).

Nessa linha de reflexão, segundo a perspectiva de Waltz (1959) sobre Morgenthau, o realismo observa nas ações humanas a onipresença do mal como consequência do desejo inevitável do homem por poder. Tal declaração explica tanto conflitos internos de um Estado quanto guerras e conflitos internacionais. Para os realistas, os comportamentos políticos rejeitam a premissa do homem essencialmente bom e da natureza humana maleável, de forma com que estes são produtos inegáveis da natureza do homem desde as filosofias clássicas da China, da Índia e da Grécia sobre os direitos políticos.

O texto *The Origins of War in Neorealist Theory* (1988), de Waltz, parte das ideias contidas na teoria realista de Morgenthau para analisar os três níveis de análise supracitados. Porém, para Waltz (1988), as ideias trazidas por Morgenthau fracassaram ao aplicar conceitos à política internacional, como a autonomia da política. Ao passo que o neorrealismo, ao desenvolver uma teoria de política internacional, mantém os principais pressupostos da *realpolitik*⁴. Para Morgenthau, o homem de Estado é racional e possui como objetivo o acúmulo de poder permanentemente. Assim, o poder é um fim em si mesmo, a despeito das nações, por vezes, agirem por interesses que não somente o poder em si. Com isso, a ideia contida na expressão *animus dominandi* de Morgenthau diz respeito ao desejo natural do homem em dominar outros (SNYDER, 2002; WALTZ, 1988).

⁴ *Realpolitik* é um termo em alemão que designa políticas adotadas com base no pragmatismo. É conceituada pelo político e diplomata americano Henry Kissinger (1923-2023) como política exterior baseada em avaliações de poder e no interesse nacional de um Estado (PECEQUILO, 2012).

Para Snyder (2002), no âmbito dos Estados há uma busca incessante por poder, motivada não somente por poder, mas também pela segurança, dada a estrutura anárquica do sistema internacional. Ademais, para Waltz (1988), a procura por poder e segurança possui limites, diferente do que argumenta Mearsheimer. Para Mearsheimer, segundo Snyder (2002), no realismo defensivo há pouco incentivo aos Estados a buscarem incrementos adicionais de poder, há mais o interesse em manter a balança de poder⁵ preexistente, ou seja, preservar o poder é o objetivo principal dos Estados ao invés de aumentá-lo. No realismo ofensivo, por sua vez, o SI cria incentivos relevantes para os Estados procurarem oportunidades de expansão de seu poder, incentivos nos quais os ganhos são maiores que os riscos. Como pode ser observado no trecho a seguir:

No realismo defensivo, a estrutura internacional provê pouco incentivo aos Estados para que busquem um incremento adicional de poder, ao invés disso, força-os a manter a balança de poder pré-existente. Preservar o poder, em vez de aumentá-lo, é o principal objetivo dos Estados. O realismo ofensivo, por sua vez, acredita que o status quo do poder é raramente encontrado na política internacional, porque o sistema internacional cria incentivos poderosos para os Estados buscarem oportunidades para ganhar poder às custas dos rivais, e tomam vantagem em situações nas quais os benefícios são maiores que os custos. O objetivo final de um Estado é se tornar o *hegemon* no sistema internacional (SNYDER, 2002, p. 152, tradução nossa).⁶

Dessa forma, o fim de um Estado é se tornar o *hegemon* no sistema internacional pela ótica do realismo ofensivo (SNYDER, 2002). Enquanto para Waltz (1988), em uma situação de anarquia, a segurança só é o principal fim se a sobrevivência de um Estado estiver garantida.

Segundo Snyder (2002), Mearsheimer deduz que as grandes potências temem umas às outras e, com isso, procuram constantemente maximizar suas parcelas de poder mundial para diminuir essa ameaça. Assim, as grandes potências possuem intenções agressivas, uma vez que

⁵ Para Snyder (2002) o conceito de balança de poder significa a ação de um Estado que visa preservar uma distribuição existente de poder. Para Mendes (2013) o conceito de balança de poder se pauta na ideia de que quando um ou mais Estados se fortalecem, os demais têm sua segurança diminuída e estes se esforçam para restaurar o equilíbrio de poder por meio de: 1) aumento interno de suas capacidades; e/ou 2) formação de aliança com os que também possuem sua posição deteriorada. Dessa forma, Estados que perseguem um dado equilíbrio de poder de forma a procurar se fortalecer-se em excesso, levam os demais a restituírem a balança de poder. O que, para Waltz, diz respeito à premissa de que muito poder pode acarretar situação desfavorável de perda de segurança.

⁶ Do original: "For defensive realists, the international structure provides states with little incentive to seek additional increments of power; instead it pushes them to maintain the existing balance of power. Preserving power, rather than increasing it, is the main goal of states. Offensive realists, on the other hand, believe that status quo powers are rarely found in world politics, because the international system creates powerful incentives for states to look for opportunities to gain power at the expense of rivals, and to take advantage of those situations when the benefits outweigh the costs. A state's ultimate goal is to be the hegemon in the system." (SNYDER, 2002, p. 152).

os Estados criam suas estratégias ofensivamente sobre os outros Estados. Além disso, as grandes potências reconhecem que a melhor forma de assegurar a segurança é pelo alcance imediato da hegemonia, obtido com a eliminação de quaisquer possibilidades futuras de déficit no nível de segurança a partir da criação de um excedente de poder por parte das potências.

No tocante à busca por poder, para os realistas clássicos as causas de uma política internacional baseada nos preceitos da *realpolitik* possuem somente uma orientação, que é o desejo inato por poder, desde as interações dos indivíduos e dos Estados até os resultados que seus atos e interações produzem. Enquanto, para os neorrealistas, o poder se trata de um meio pelo qual os Estados recorrem, de forma com que o excesso ou a escassez desse seja um risco aos mesmos. Na teoria neorrealista, por conseguinte, a excessiva fraqueza de um Estado o submete ao ataque de outro Estado que tenha maior capacidade de uso da força. Já a excessiva força de um Estado incita outros a aumentarem sua força bélica e a reunirem esforços contra esse Estado dominante (SNYDER, 2002; WALTZ, 1988).

Para então explicar a recorrência das guerras, Waltz (1988) recorre à estrutura do SI. No neorrealismo, ao definir a estrutura de um sistema político internacional, estabelece-se a autonomia da política internacional. Para os neorrealistas, a política internacional só pode ser compreendida se os efeitos da estrutura do SI forem adicionados às explicações da teoria realista, isto é, torna-se necessário mostrar como a estrutura afeta as ações e os resultados dos Estados. Com isso, prova-se que o neorrealismo rejeita a suposição de que o desejo inato do homem por poder constitui causa suficiente para a guerra na ausência de quaisquer outras causas, o que expressa o nexo causal entre as unidades em interação e os resultados internacionais.

Assim sendo, em situações cruciais, a preocupação dos Estados não é meramente a maximização de poder, mas também a segurança. À vista disso, Waltz (1988) recorre ao conceito de anarquia. Os Estados em uma ordem anárquica devem prover sua segurança própria e ameaçar ou parecer ameaçar outros Estados para obter segurança. No neorrealismo, em um contexto de anarquia, o estado de guerra existe quando todas as partes envolvidas almejam poder, mas também quando todos os Estados somente procuram garantir sua própria segurança. Contudo, a teoria neorrealista não explica por que certas guerras são realizadas, mas afirma que as guerras consideradas ‘quentes’ possuem origem nas guerras frias, e as origens dessas são

encontradas na ordem anárquica da arena internacional. Dessa forma, a recorrência das guerras é explicada pela estrutura do sistema internacional (SNYDER, 2002; WALTZ, 1988).

Na esfera anárquica de um SI a paz é um elemento frágil. Assim, para que haja o prolongamento da paz, é necessário que pelo menos alguns atores respondam calculadamente aos eventos desestabilizadores, visto que, em um ambiente de anarquia, um erro de cálculo na resposta de um Estado gera consequências de grande magnitude. Com isso, para Waltz (1988), o nível estrutural do sistema internacional, isto é, se o SI é multipolar ou bipolar, interfere na manutenção das guerras frias. Em um sistema multipolar, a política do poder depende da diplomacia realizada entre os Estados para criar ou desfazer alianças, de forma com que o maior interesse em comum entre eles seja garantir a segurança em relação aos Estados externos à aliança. No sistema internacional bipolar, por sua vez, a rigidez das alianças resulta em uma maior flexibilidade estratégica e liberdade de decisão aos Estados, uma vez que os líderes das alianças agem mais em benefício de seus interesses próprios do que para satisfazer as aspirações dos aliados.

Enquanto a perda de um Estado é transferida como ganho para o outro em um sistema bipolar, na balança de poder de um sistema multipolar, a política externa de uma potência avançada busca obter vantagens sem antagonizar outros Estados. Pois quando há um elevado número de possíveis inimigos, torna-se difícil alcançar uma unidade de ação entre eles. Portanto, os líderes nacionais procuram agir sem fazer com que todos os potenciais oponentes se unam. Na Guerra Fria (1947-1991), por exemplo, os Estados Unidos e a União Soviética, como líderes de um sistema bipolar, não podiam esperar que seus aliados agissem segundo às suas vontades (WALTZ, 1988).

Para o neorrealismo, o principal interesse dos Estados é garantir a sua própria sobrevivência, a qual se trata da manutenção de sua integridade territorial e de sua autonomia política. Dada a condição anárquica do sistema internacional, os Estados precisam prover a sua própria segurança, visto que nenhuma outra unidade exterior a ele próprio consegue seguramente defendê-lo em situações de ameaça à sua existência. Sendo assim, os Estados no sistema internacional se encontram em um cenário eminente de auto-ajuda (*self-help*) (WALTZ, 1988).

Outra contribuição atrelada ao debate está presente nos trabalhos de Mendes (2013), os quais auxiliam na compreensão das ideias trazidas por Waltz e Mearsheimer acerca das estruturas do SI, o que permite um olhar de como a Rússia se apoia na multipolaridade para atender seus próprios interesses. Segundo Mendes (2013), em *Theory of Politics International* (1979) de Waltz, obra que inaugura o neorealismo, o autor defende que a recorrência dos principais fenômenos internacionais indica a influência de fatores estruturais que extrapolam o nível estatal. Dessa forma, uma teoria efetiva de RI não pode desconsiderar um elemento estrutural ou sistêmico.

Conforme Mendes (2013), Waltz define uma estrutura política internacional ou doméstica por três elementos: 1) princípio ordenador, que se trata de como as partes estão dispostas umas em relação às outras; 2) papéis e a diferenciação de funções entre as unidades políticas que podem levar a efeitos estruturais diversos; e 3) distribuição de capacidades no interior de um sistema.

Como princípio ordenador da estrutura política internacional, o autor reforça o pressuposto da anarquia do SI dentro do espectro do Realismo. O sistema internacional, portanto, é anárquico e descentralizado, ou seja, há ausência de vínculos de comando e obediência, o que difere então do ordenamento doméstico dos Estados, os quais possuem uma hierarquia necessária para seu funcionamento. A respeito do segundo elemento, em um sistema anárquico as relações entre as unidades não exigem especificações claras de papéis e funções, visto que as unidades não são diferenciadas pelas funções que desempenham. Por último, a distribuição de capacidades de um Estado dentro da estrutura internacional informa o número de pólos no SI, isto é, a quantidade de grandes potências que coexistem no sistema. Para Waltz, a distribuição de capacidades é um elemento estrutural que independe das unidades de forma isolada (MENDES, 2013). O sistema internacional, na leitura de Mendes (2013) sobre Waltz, admite duas formas estruturais: bipolar ou multipolar, essa última mais propensa à instabilidade, à ocorrência de guerras e produzem alianças menos sólidas e duradouras.

Ainda, Mendes (2013) observa que o desenvolvimento lógico de Mearsheimer se assemelha ao de Waltz, ao passo que contém elementos pautados no conceito de anarquia, e a vê como causa das dinâmicas do dilema de segurança. Na concepção mearsheimeriana, parte-se do pressuposto de que o sistema internacional é anárquico e as grandes potências, as quais

invariavelmente se tratam de atores racionais, sempre têm capacidades ofensivas. O principal objetivo dos Estados é garantir sua própria sobrevivência e não podem apresentar certeza alguma sobre o comportamento de um outro Estado. De forma conjunta, todos esses elementos dizem respeito à atuação dos Estados em um cenário internacional. Assim, a estrutura do SI incita os Estados a se preocuparem com a própria segurança e, a partir dos mecanismos de poder, a garantirem sua sobrevivência.

Sendo, a definição de realismo ofensivo, cunhada por Mearsheimer, é essencial para as análises presentes neste trabalho. Com esse fim, para tratar dos conceitos de realismo ofensivo e defensivo, Mendes (2013) pontua esse primeiro a partir da ideia de Mearsheimer do Estado como posicional revisionista, o qual maximiza sua posição relativa, enquanto no segundo, relativo a Waltz, o Estado é posicional conservador, ou seja, mantém a sua posição relativa. Na balança de poder para Mearsheimer, Snyder (2002) pontua que esse balanceamento é apoiar o Estado que é desafiado pelo Estado revisionista.

O realismo ofensivo de Mearsheimer também trouxe novas percepções para a teoria da balança de poder, o papel da geografia e o debate entre forças terrestres *versus* poder naval e aéreo. O realismo ofensivo parte da ideia de que a hegemonia mundial não pode ser acometida por considerar três aspectos do emprego da força militar: i) o poder paralisante da água; ii) a supremacia do poder terrestre; e iii) a improbabilidade da superioridade nuclear. O poder paralisante da água diz respeito aos Estados que são separados de outras regiões por grandes massas de água e possuem a projeção de suas forças minadas, o que acarreta diminuição de suas capacidades ofensivas. Já a supremacia do poder terrestre se trata da principal marca de poder de um Estado, uma vez que são responsáveis pelas operações decisivas em um contexto de guerra, ou seja, o exército de um Estado é o maior indício de poder militar, incorporado pelas forças navais e aéreas (MENDES, 2013; SNYDER 2002).

Por outro lado, mesmo Mearsheimer pontuando a improbabilidade de um Estado em adquirir a superioridade nuclear no âmbito de debate da hegemonia mundial, há uma circunstância em que essa pode ser pensada. Essa superioridade seria atingida quando um Estado fosse capaz de dominar um outro mediante a ameaça ou o próprio o uso de seu arsenal nuclear sem temer retaliação, visto o poder de destruição atômico (MENDES, 2013; SNYDER 2002). Contudo, há o receio da escalada nuclear, pois a preocupação maior dos Estados diz

respeito à sua própria segurança e sobrevivência em relação à sobrevivência de Estados aliados, o que no âmbito da Guerra na Ucrânia é observado como preocupação das potências não diretamente envolvidas, como os Estados Unidos (POSEN, 2022).

Dentro da perspectiva do realismo ofensivo existem ainda quatro configurações de poder possíveis: i) bipolar, na qual duas grandes potências detêm um nível de capacidades semelhantes; ii) multipolar equilibrada, na qual três ou mais potências são detentoras de capacidades mais ou menos similares; iii) multipolar desequilibrada, na qual três ou mais grandes potências possuem um nível de poder semelhante, mas com um Estado sendo mais poderoso do que as demais envolvidas; e iv) hegemonia regional, na qual existe somente uma grande potência no espectro de uma região. A configuração de uma hegemonia mundial, diante do que foi posto anteriormente, não é possível, dada a realidade bélica dos Estados (MENDES, 2013).

Conforme Snyder (2002), no realismo ofensivo de Mearsheimer, os Estados não mantêm uma postura ofensiva o tempo todo, ocasionalmente, precisam somente conter a estratégia dos Estados rivais. Com isso, adotam a estratégia de balancear, na qual se preserva a distribuição de poder ou a estratégia de transferência de custo ou *buck-passing*, a qual se trata da circunstância em que um Estado mantém a sua posição e não inicia nenhuma ação perante outro com o intuito de transferir o fardo de resistência a qualquer aliado ou quaisquer Estados. Nesse cenário as estruturas possíveis são (i) bipolar, (ii) multipolar equilibrada e (iii) multipolar desequilibrada. Contudo, em um sistema bipolar, o *buck-passing* é quase impossível, uma vez que esse mecanismo é mais passível de acontecer dentro de um sistema multipolar, pois há uma certa equidade nas capacidades das grandes potências e cada uma, individualmente, pode conter um agressor, de forma a ser, portanto, capaz de aceitar a transferência de custos. Enquanto em um sistema multipolar desequilibrado, isto é, quando há um potencial *hegemon*, os demais Estados são débeis para aceitarem o *buck-passing*, o que gera interesse destes em formar uma aliança contra a grande potência.

Segundo Snyder (2002), para Mearsheimer, há três razões para um Estado adotar o *buck-passing*: i) o baixo custo, uma vez que a maior parcela dos custos recai sobre o aliado; ii) o agressor e o tomador de custos se envolvem em uma guerra de longo prazo e de larga destruição que leva o Estado transferidor de custos a um poder maior do que ambos; e iii) quando em

situação de enfrentamento de diversos adversários, o Estado adota a estratégia de *buck-passing* para enfrentá-los sequencialmente.

Por outro lado, ao examinar o conceito de dilema de segurança na teoria realista proposto por John Herz, trata-se da premissa de que os Estados são orientados pelo interesse em adquirir cada vez mais poder para escapar do impacto do poder de outros Estados. Com isso, gera-se um círculo vicioso de competição e acúmulo de poder, em que cada Estado sempre se prepara estrategicamente contra a pior reação de outros Estados, uma vez que dado o sistema de anarquia de unidades concorrentes nenhuma dessas se sentem inteiramente seguras. Tal declaração, segundo Mearsheimer, trata-se da sinopse do que é o realismo ofensivo (SNYDER, 2002).

Em linhas gerais, as grandes potências, na perspectiva do realismo ofensivo, estão interessadas primordialmente na segurança e as suas medidas de segurança ameaçam outros Estados, levando-os a adotarem contramedidas como postulado no dilema de segurança. Snyder (2002) enfatiza a ideia de Herz que, na teoria do dilema de segurança, a competição por poder e segurança entre os Estados ocorre quando estes anseiam por somente manter o status quo, o que não existe pela perspectiva de Mearsheimer. Pela ótica mearsheimeriana todas as grandes potências são revisionistas e preparadas para o ataque. Então se todos os Estados são revisionistas, é difícil encontrar qualquer dilema.

Diante do exposto, o trabalho em questão trata do período pós-Guerra Fria com análise dos eventos essenciais para a compreensão da matéria empírica a partir de 1992, mas alguns teóricos, segundo Waltz (1988), acreditam que a Guerra Fria, que não veio a se tornar uma ‘guerra quente’ pela ausência do uso direto de armas nucleares, ainda está em voga e que a estrutura das políticas internacionais do pós-guerra possui raízes na mesma. Em um mundo bipolar as duas grandes potências do sistema são obrigadas a concentrar seus medos umas nas outras e destruir suas motivações, de modo a atribuir intenções ofensivas às medidas defensivas.

Afere-se, segundo a ótica waltziana, que o sistema internacional é anárquico, e por isso, há a desarmonia natural entre os Estados, uma vez que cada Estado se utiliza de seus aparatos domésticos para alcançar sua própria sobrevivência em um sistema de *self-help*. Isto é, o desejo por sobrevivência supera o interesse de se obter paz. Logo, o conflito é intrínseco ao sistema internacional. Ademais, a natureza humana segue os impulsos agressivos e egoístas dos

indivíduos, o que leva à ocorrência de guerras, bem como à dominação de um grupo de homens sobre outros segundo o princípio do *animus dominandi* de Morgenthau. Por conseguinte, observa-se a busca incessante por poder e segurança dado o sistema internacional anárquico tanto pelo viés do realismo defensivo quanto do realismo ofensivo. No objeto de análise específico deste trabalho, Mearsheimer se utiliza das explicações do campo do realismo ofensivo para explicar as ações da Rússia perante o conflito com a Ucrânia, as quais possuem mais ganhos do que perdas.

Tendo em vista os aspectos teóricos do conflito internacional sob a luz do Neorrealismo, o próximo capítulo busca resgatar características históricas da Rússia nos períodos do Império Russo e da União Soviética, de modo a auxiliar em seu objetivo central que é compreender as relações Rússia-Ucrânia na década de 1990. Para tanto, os elementos trazidos na fundamentação teórica do presente trabalho sustentam os argumentos expostos doravante acerca da ofensiva russa.

3 A DÉCADA DE 1990: AS RELAÇÕES ENTRE RÚSSIA E UCRÂNIA NO CONTEXTO DO PÓS-GUERRA FRIA

Para compreender as estratégias adotadas pela Rússia ante as crises na Ucrânia no período analisado, é imprescindível examinar o contexto histórico-diplomático das relações entre esses dois países. Como o presente trabalho remonta a partir do período do pós-Guerra Fria, torna-se necessário resgatar como se davam as relações das repúblicas soviéticas no interior do bloco socialista durante a URSS, bem como seus antecedentes. Para isso, este capítulo resgata o papel da Rússia nos períodos do Império Russo (1721-1917) para entender a conquista russa da Ucrânia em 1774 e a Guerra da Crimeia (1854-1856), sendo esta última um evento decorrente da preocupação de potências ocidentais pela expansão russa pelo Mediterrâneo. Preocupação esta também observada na expansão da OTAN pela Europa que desencadeou a Guerra na Ucrânia em 2022. Soma-se o período da União Soviética (1922-1991) para discutir as relações Rússia-Ucrânia na década de 1990, foco do capítulo e, por fim, são analisadas as relações entre os dois países no pós-Guerra Fria inseridas no sistema multipolar. É crucial lembrar que a história que envolve a Rússia e a Ucrânia é complexa e extensa, logo, são abordados apenas alguns eventos históricos essenciais para a análise deste trabalho.

3.1 O Império Russo (1721-1917)

Figura 1 - Mapa do Império Russo



Fonte: Lebelem; Villa (2022)

Os comandos russos sempre tiveram o centro governamental em Moscou, este com principados até 1547, com czares até 1721 e imperadores a partir de meados do século XVIII. O Império Russo envolvia geograficamente grande parte da Eurásia, região a qual possui múltiplos exemplos de estrutura política e de impérios. Ou seja, o território ocupado pelo Império Russo ocupou diversas faixas territoriais que possuíam culturas distintas (KOLLMANN, 2017).

O Império Russo se iniciou em outubro de 1721 com a conclusão da Grande Guerra do Norte (1700-1721)⁷ quando Pedro I da Rússia tornou-se imperador de toda a Rússia até o ano de

⁷ A Grande Guerra do Norte (1700-1721) foi um conflito entre uma coalizão liderada pelo czar Pedro I formada pela Rússia, Reino da Dinamarca e Noruega e Saxônia-Polônia contra o Império Sueco. Nesta guerra a Rússia ganhou território nas províncias bálticas da Suécia, onde criou-se o acesso russo ao Mar Báltico ao fundar São Petersburgo em 1703 que se tornou a capital do Império Russo em 1713. A Suécia foi derrotada e a Rússia tornou-se

sua morte em 1725. Com a Guerra de Sucessão na Polônia (1733-1738)⁸, o Império Russo expandiu seu território com o controle do Mar de Azov, próximo à Crimeia e importante nas disputas entre Rússia e Ucrânia até o começo da Guerra na Ucrânia em 2022, e desenvolveu desentendimentos com o Império Otomano, acarretando a Guerra Russo-Turca de 1734-1739, a qual também se tratava dos problemas decorrentes das invasões dos tártaros na região da Crimeia e do interesse russo no Mar Negro (KOLLMANN, 2017).

Com a ascensão ao poder de Catarina, a Grande, em 1762, a política exterior russa permaneceu com o aspecto expansionista, o qual resultou na aquisição de mais territórios. Três partições na Polônia nos anos 1772, 1793 e 1795 resultaram na transferência de Belarus, Lituânia e da parte ocidental da Ucrânia ao Império Russo. Em 1768, em outra guerra russo-turca, o Império Otomano, preocupado com a expansão do Império Russo, lançou um ataque surpresa aos territórios do Cáucaso e da Crimeia que eram controlados pela Rússia. Contudo, o seu desfecho foi a assinatura do Tratado de Kuchuk Kainarji em 1774, de forma com que a Crimeia teve seu controle devolvido à Rússia, bem como garantiu-se o domínio russo sob o Estreito de Kerch que permitia o acesso de embarcações russas no Mar Negro. Todavia, a guerra contra o Império Otomano se expandiu até 1792 que acabou com a vitória da Rússia. Sob o comando da imperatriz Catarina II, fora adquirido a Ucrânia, que se tratava de um território rico em agricultura que atendia às demandas russas, e fundado o porto de Odessa que viria a se tornar um dos pontos estratégicos mais importantes do período da União Soviética (DONALDSON; NOGEE, 2009)

A expansão russa ocorreu durante toda a era do Império. Por volta de 1801 o Império Russo se alargou da Polônia ao Pacífico, do Ártico aos mares Negro e Cáspio, de modo a englobar diversos povos com histórias e culturas distintas (KOLLMANN, 2017). Uma demonstração da expansão russa nesse período é observada com os resultados das guerras contra a Pérsia e o Império Otomano, uma vez que resultou na conquista do Império Russo de

uma potência na região do Báltico e ascendeu-se como potência na Europa. O conflito se encerrou com a assinatura dos tratados Sueco-Hanoverianos e Sueco-Prussianos de Estocolmo (1719), Dano-Sueco de Frederiksborg (1720) e o Russo-Sueco de Nystad (1721) (NOGUEIRA, 2020).

⁸ Conflito desencadeado por uma guerra civil polonesa sobre a sucessão de Augusto II da Polônia e que outras potências europeias se utilizaram para se beneficiar em prol de seus próprios interesses. Quem conseguiu o poder foi Augusto III apoiado pela Rússia, pela Saxônia e pelos Habsburgos na Áustria (HOURLY HISTORY, 2016).

territórios como a Geórgia, Baku (atual capital do Azerbaijão), Bessarábia (região entre Ucrânia e Moldávia) e parte do Cáucaso (DONALDSON; NOGEE, 2009).

Em 1853 a Rússia enviou tropas para o Império Otomano que recebeu garantias de apoio da Grã-Bretanha e da França. Em 1854 a Grã-Bretanha e a França, preocupadas com a expansão do Império Russo pelo Mediterrâneo, declararam guerra à Rússia e este conflito ficou conhecido como Guerra da Crimeia (1854-56). Após um ano, o inverno rigoroso e doenças prejudicaram ambos os lados beligerantes da guerra, o que resultou em uma baixa aptidão para a continuidade do conflito. A guerra acabou em 1856 com a vitória da Grã-Bretanha e da França, e com a Rússia sendo forçada a aceitar os termos de paz pelo Tratado de Paris (1856). Isso demonstrou a ineficácia do exército ao enfrentar tropas bem treinadas de outras nações europeias. Para tanto, uma vez que a Guerra da Crimeia expôs a fragilidade do Império Russo, Alexandre II da Rússia (1855-1881), em 1861, iniciou as reformas industriais, visto que, comparado a outras nações no Ocidente, a Rússia czarista não possuía um potencial industrializado relevante. O imperador rejeitou a proposta de adotar quaisquer formas de democracia que minasse o poder dos czares, mas aboliu a servidão dentro dos estados do Império Russo, junto à reforma industrial gerou uma expectativa de liberalização na Rússia (DONALDSON; NOGEE, 2009).

O fim do Império Russo coincidiu com o final da Primeira Guerra Mundial (1914-1919). O Império Russo no período da Primeira Guerra Mundial se integrou à Tríplice Entente ao lado da França e da Grã-Bretanha contra a Tríplice Aliança composta pelo Império Otomano, Áustria-Hungria e Alemanha (HOURLY HISTORY, 2016).

O contexto da Rússia durante a Primeira Guerra Mundial abarca o período de grande instabilidade interna, com o acontecimento da grande fome no início de 1917, que foi decorrente da escassez de insumos para a produção de pão, uma vez que se tornou impossível alimentar toda a população russa. Com o colapso do sistema de transporte, Petrogrado, atual São Petersburgo, não recebia suprimentos de farinha e combustível. Com fábricas fechadas devido à escassez de insumos, milhares de trabalhadores foram demitidos e passaram a ficar nas ruas em um dos invernos mais rigorosos da Rússia. Assim, as autoridades russas, sob a Dinastia Romanov (1762-1917), anunciaram o racionamento de alimentos, o que acirrou ainda mais o descontentamento da população com o governo (FIGES, 1996).

Para melhor entendimento do que viria a ser a sociedade soviética com a queda do Império Russo, é importante entender a Revolução Russa de 1917. Em 23 de fevereiro desse ano, em Petrogrado, no Dia Internacional da Mulher, data importante no calendário socialista, houve uma marcha de protestos na qual as mulheres, de classes mais intelectuais do que oriundas da classe trabalhadora, reivindicavam direitos iguais. Contudo, as mulheres que trabalhavam em fábricas têxteis na cidade de Viburgo começaram um protesto contra a escassez de pão e junto aos metalúrgicos tomaram o centro da cidade aos gritos de “pão”, “abaixo o czar” e “abaixo a guerra”. O dia terminou com cerca de 100 mil trabalhadores em greve. Seguiram-se, portanto, marchas de trabalhadores e socialistas armados com facas, martelos e chaves-inglesas para lidar com a força policial russa, além de greves gerais. A Revolução Russa, portanto, criou o primeiro regime socialista com a nacionalização de grandes indústrias e bancos, e decreto de reforma agrária. Em setembro de 1917 fora abolida a monarquia russa, e a Rússia viria a se tornar a República Socialista Federativa Soviética Russa com a Revolução de Outubro liderada por Lênin e os bolcheviques (FIGES 1996).

3.2 Da União das Repúblicas Soviéticas Socialistas (URSS) à sua dissolução

Figura 2 - Mapa da URSS com os os nomes dos países e limitações territoriais após a sua dissolução



Fonte: Encyclopædia Britannica, Inc. (2012)

A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) foi criada em dezembro de 1922 com a assinatura de um tratado o qual integrava formalmente quatro repúblicas socialistas antes controladas pelo Império Russo: a República Socialista Federativa Soviética Russa; a República Socialista Federativa Soviética Transcaucasiana, que corresponde aos países da Armênia, Azerbaijão e Geórgia; a República Socialista Soviética da Ucrânia e; a República Socialista Soviética da Bielorrússia (HOURLY HISTORY, 2016).

Mesmo que teoricamente cada república se tratasse de um poder descentralizado, na prática o poder da URSS residia na liderança do Partido Comunista de Vladimir Lênin (1922-24) com sede em Moscou que imperava sob a alegação de instaurar uma ditadura do proletariado controlada pela classe trabalhadora. Com a morte de Lênin, Josef Stalin (1924-1953) tornou-se líder do Partido Comunista (HOURLY HISTORY, 2016).

A Guerra Fria tem sua origem no forte antagonismo entre a União Soviética e os Estados Unidos decorrente da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Na Segunda Guerra Mundial, a União Soviética e os Estados Unidos se aliaram contra os países do Eixo, composto por Itália, Alemanha e Japão (SCHLESINGER JR., 1967). Contudo, embora os estudos que se debruçam acerca desse período sejam importantes, não são cruciais para o objeto em análise neste trabalho.

Dito isso, parte-se aos elementos imprescindíveis acerca da Guerra Fria. A interpretação geopolítica atribui a Guerra Fria às ambições imperialistas da estratégia russa que levaram, por exemplo, à Guerra da Crimeia (1853-1856) e à penetração russa nos territórios do Oriente Médio e dos Bálcãs. A interpretação ideológica atribui a razão da guerra ao Manifesto Comunista de 1848, com a derrubada da burguesia que estabeleceu as bases para o domínio do proletariado que por meio do leninismo confrontou o Ocidente. Por outro lado, a tese revisionista, com a análise da nova política radical americana contra o comunismo, parte do fim da Segunda Guerra Mundial com o abandono dos Estados Unidos da política de colaboração dos tempos de guerra e com a retomada das políticas de agressão contra a influência russa na Europa para explicar a origem da Guerra Fria. A visão universalista, por sua vez, assume que a segurança nacional é garantida por uma organização internacional. Enquanto, a visão da esfera de interesse assume que a segurança nacional é tida através da balança de poder (SCHLESINGER JR., 1967).

O período pós-Guerra Fria ainda possui características do antigo sistema soviético nas repúblicas do leste europeu. Mesmo após a independência da Ucrânia em 24 de agosto de 1991, observa-se a resistência de estruturas, normas e mitologias amparadas na ideia de permanência ou reconstrução da União Soviética, o que gera barreiras que dificultam a separação da Ucrânia de seu passado soviético, a partir da concepção da etnia russa de que a Ucrânia se trata de uma área histórica e geograficamente pertencente à somente uma Rússia. Ademais, o legado histórico da Ucrânia se inicia no Principado 'Rus', que tinha como centro Kiev, e com o fim da URSS. Com isso, a herança política e cultural da URSS é o único ponto em comum entre todos os cidadãos ucranianos, o que ocorre também com outras ex-repúblicas soviéticas (HOURLY HISTORY, 2016).

A compreensão da instabilidade na Europa no pós-Guerra Fria, para Mearsheimer (1990), surge da ideia do afastamento das forças da URSS do leste europeu, de modo com que os estados dessa região se tornaram independentes. Assim, a estrutura bipolar vigente desde o fim da Segunda Guerra Mundial se tornou uma estrutura multipolar.

A conclusão pessimista de Mearsheimer sobre esse período de instabilidade possui raízes na distribuição e no caráter do poder militar que são fontes para a guerra ou a paz. A ausência de guerra na Europa desde 1945 tem sua razão apoiada em três fatores: 1) a distribuição bipolar do poder militar no continente; 2) a equidade do poder militar entre as duas potências abrangendo dois pólos⁹ na Europa; e 3) o fato de que cada superpotência possuía um vasto arsenal nuclear. Aspectos domésticos também afetaram a probabilidade de guerra e auxiliou na paz no pós-guerra. O nacionalismo extremo levou a duas grandes guerras mundiais e então o seu declínio no pós-guerra contribuiu para a época pacífica na Europa depois de 1945 (MEARSHEIMER, 1990).

No sistema multipolar do pós-Guerra Fria, Alemanha, Itália, França e Grã-Bretanha assumiram status de maior potência, enquanto a Rússia teve seu status de superpotência diminuído, mas permanecia ainda com certo poder. Os problemas resultantes desse tipo de estrutura são comuns aos problemas de sistemas multipolares que são mais propícios à

⁹ Um país para ser categorizado como polo em um sistema regional ou global, o Estado em questão deve ser capaz de se autodefender contra o Estado líder no sistema sem recorrer a esforços externos (MEARSHEIMER, 1990).

instabilidade, definida pela ausência de guerras e maiores crises, dado o surgimento de iniquidades de poder entre as potências (MEARSHEIMER, 1990).

Nesse período, ocorreu também a retirada do arsenal de armas nucleares. A remoção do arsenal de armas nucleares tirou o efeito pacificador que essas tinham sobre as políticas europeias. Com isso, quatro cenários seriam possíveis: i) a Europa não teria países portadores de armas nucleares, o que acarretaria supressão de um pilar central na ordem da Guerra Fria; ii) os Estados europeus não expandiriam seus arsenais nucleares para compensar a saída de armas nucleares das grandes potências; iii) a proliferação nuclear ocorreria, mas não seriam tomadas medidas para atenuar os seus efeitos; e iv) tomariam-se medidas preventivas, em um cenário de proliferação de armas nucleares, para dissuadir ataques contra potências nucleares emergentes (MEARSHEIMER, 1990).

Visto as diferenças trazidas pelo fim da Guerra Fria no sistema internacional, que o tornou multipolar, Waltz (2000) argumenta que a competição em um sistema multipolar é mais complexa do que a competição em um sistema bipolar. Isso ao levar em conta as incertezas das capacidade comparativas de um maior número de Estados inseridos em um sistema. Além da dificuldade em se medir a força e a coerção em coalizões entre Estados.

O fim da Guerra Fria coincidiu com uma nova onda de democratização no mundo. Com a tese da paz democrática do teórico de Relações Internacionais, Michael W. Doyle, afirma-se que, com o comportamento pacífico das democracias liberais, a ideia de guerra se tornou obsoleta. A tese da paz democrática parte do pressuposto de que não há guerras entre países com regimes democráticos (WALTZ, 2000).

Muitos russos acreditam que a expansão da OTAN rompe com as promessas feitas em 1990 e 1991 a respeito da não permissão dos Estados-membros do Pacto de Varsóvia em se filiar à OTAN. Com isso, a Rússia passou a temer que a OTAN não só permitiria os membros do Pacto de Varsóvia como também as ex-repúblicas soviéticas a se integrarem à OTAN. Em 1997, a organização manteve exercícios navais com a Ucrânia no Mar Negro e anunciou planos de testes militares no país. Em 1998, o ex-conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos, Brzezinski, visitou Kiev na intenção de fazer um compromisso com a Ucrânia de integrá-la à OTAN até 2010 (WALTZ, 2000).

A partir de 1991 o foco da política externa russa passou a ser a relação com as ex-repúblicas soviéticas, dado que a dependência das ex-repúblicas soviéticas da Rússia é um legado relevante da Guerra Fria. Logo, as relações entre esses países, na década de 1990, sofreram bastante influência dessa estrutura de dependência. Boris Yeltsin (1991-1999) e Mikhail Gorbachev (1988-1991) reconheceram a necessidade da URSS se tornar um outro tipo de união. Enquanto Yeltsin defendia uma união com base em um sistema descentralizado, Gorbachev almejava uma autonomia maior às repúblicas, mas com segurança nacional e política externa sob domínio de um poder central. Ambos os líderes acordaram o ingresso da Ucrânia na nova união sob alegação de que a Ucrânia foi o berço do estado russo no século XIX, no qual diversas tribos de origem eslava se uniram em uma política independente reconhecida como Rus' Kievana. Contudo, em 1 de dezembro de 1991 ocorreu um referendo na Ucrânia, cujo resultado obteve 90,3% de votos a favor da independência do país (DONALDSON; NOGEE, 2009).

Com isso, no contexto do pós-Guerra Fria fundou-se em 8 de dezembro de 1991 em Minsk, capital bielorrussa, a *Commonwealth of Independent States (CIS)* ou Comunidade dos Estados Independentes (CEI). Essa comunidade se formou com a Rússia, Ucrânia e Belarus com o intuito de facilitar a livre circulação de bens, serviços e capital entre os Estados-membros, ou seja, a CEI se tratava de um mecanismo de gerenciamento da dissolução da URSS. Além disso, a adesão era aberta a todas as ex-repúblicas soviéticas que aceitassem seus objetivos e princípios. Para muitos em Moscou a razão inicial para a fundação da CEI era manter uma certa união entre Rússia e Ucrânia. Mas, em contraposição, o interesse da Ucrânia era evitar a dominância geográfica e econômica em seu território pela Rússia. Havia a resistência ucraniana em promover uma integração política ou militar com a CEI, dada a sua preocupação em evitar invasões à sua soberania, como evidenciado pela sua liderança dos membros não alinhados da CEI composta pela Geórgia, Moldávia e Azerbaijão. Dessa forma, havia o desejo da ala ucraniana nacionalista em criar um distanciamento entre Kiev e Moscou (SMITH, 1999).

Portanto, a CEI inicialmente se tratava de um instrumento de política externa da Rússia no sentido de servir como um meio de coordenar as políticas de seus Estados-membros, e como um mecanismo da Rússia de se colocar hegemonicamente sobre os demais Estados da região. No mesmo ano, na primeira Conferência da CEI, a Ucrânia reivindicou seu direito de criar um exército nacional de comando ucraniano, uma vez que havia a desconfiança do comando

conjunto da CEI ser um substituto do Alto Comando Russo. O então presidente Leonid Kravchuk (1991-1994) demandou o controle militar sob as regiões da Frota do Mar Negro com sede em Sevastopol na Crimeia (DONALDSON; NOGEE, 2009).

Na década de 1990, os Estados transcaucasianos — designação dada pela Rússia como zona de vital influência, composta por Geórgia, Armênia e Azerbaijão — possuíam limitações na liberdade de pontuar objetivos na agenda de Política Externa de seus países. A Rússia tinha uma condição para reconhecer a soberania territorial da Geórgia, que era manter uma cooperação nos assuntos de segurança, bem como o envolvimento das companhias de óleo e gás da Rússia e o interesse no Mar Cáspio. Assim há o interesse russo em manter as relações com os Estados dessa região, como o Azerbaijão dependentes política, militar e economicamente deles. Ademais, é tido outro Estado fronteiriço, Belarus, como importante aliado da Rússia, por vê-la como mantenedora de seus assuntos de segurança, e importante em relação à expansão da OTAN (SMITH, 1999).

Nesse momento da década de 1990 a balança comercial, as exportações e importações, entre Rússia e Ucrânia apresentava números relevantes, e a Ucrânia se tratava de um país significativo na economia russa, uma vez que era o maior importador de óleo e gás natural da Rússia (HOURLY HISTORY, 2016)

Durante os anos 1992 e 1993¹⁰, a Rússia interveio em duas guerras étnicas separatistas na Geórgia, dado que a política externa russa se orientava pela decisão de envolver a Geórgia em assuntos internos e de se colocar como mediador em disputas étnicas que envolviam a nação georgiana. Contudo, a Rússia foi acusada pelo governo de Tbilisi, capital georgiana, de apoiar os separatistas da Abecásia, região no Cáucaso do Sul. A também região do Cáucaso, a Ossétia do Norte, que durante a URSS fazia parte da República Socialista Federativa Soviética da Rússia, buscou se unir à Ossétia do Sul, que pertencia à República Socialista Federativa Soviética da Geórgia. A presença de tropas russas na região demonstrou, portanto, a determinação russa em garantir os interesses econômicos e geopolíticos no Cáucaso (SMITH, 1999).

¹⁰ A região da Geórgia pertencia ao Império Russo e após o seu desmembramento em 1918 a Geórgia proclamou sua independência e tornou-se a República Democrática da Geórgia, a qual abrangia os territórios da Ossétia do Sul e da Abecásia. A URSS, entretanto, anexou a Abecásia e a Ossétia do Sul em 1921. Contudo, após a dissolução da URSS, a Geórgia se tornou independente, e os sul ossetas e os abecásios reivindicaram sua soberania, mas o governo central da Geórgia não reconheceu a soberania dessas regiões e solicitou o apoio da Rússia (RANDIG, 2008).

As mudanças na relação Rússia-Ucrânia aconteceram em parte pelo resultado das eleições em 1994, nas quais Leonid Kuchma foi derrotado por Leonid Kravchuk, presidente com uma visão mais nacionalista pró-Ucrânia (SMITH, 1999).

As razões para a Ucrânia manter uma posição nacionalista se baseava no fato em que (1) Moscou defendia que a Rússia e a Ucrânia possuíam diferenças culturais quase nulas dada a herança eslava em comum aos dois países¹¹; (2) a reivindicação da península da Crimeia¹² desde o início da década de 1990, que foi transferida da Rússia em 1954 para marcar o 330º aniversário do Acordo de Pereyaslav que uniu a Rússia czarista e a Ucrânia; (3) a divisão da Frota Soviética do Mar Negro. Em 1997 foi assinado um tratado de amizade sobre a divisão da frota e do porto naval de Sevastopol, que foi tomado pela Rússia em 2024 (DONALDSON; NOGEE, 2009).

A vontade de integração da Ucrânia à OTAN também exprime seu viés de se integrar mais com o Ocidente, orientado pelas aspirações da Ucrânia em se tornar um *hegemon* regional e econômico. Esse desejo revela a vontade ucraniana de servir como um canal entre o Ocidente e o Oriente, o que demonstra um reflexo de uma postura compatível com sua própria geografia política interna. A Ucrânia procura se integrar à OTAN como forma de diminuir sua vulnerabilidade perante a Rússia. Muitos ucranianos veem a Ucrânia como parte da União Europeia (UE), mais do que parte da CEI de dominância russa, uma vez que há uma ‘paranoia anti-OTAN’ presente nos países da CEI (SMITH, 1999).

No texto *Explaining Change in Russian Foreign Policy: The Role of Ideas in Post-Soviet Russia's Conduct Towards the West* (2009) de Christian Thorun, o autor cita quatro abordagens das políticas adotadas por Moscou acerca da expansão da OTAN divididas por período de tempo: 1991 a 1994, 1994 a 2000, 2000 a 2004 e 2004 a 2007. Contudo, para fins do presente capítulo, será considerado apenas as duas primeiras abordagens.

¹¹ Havia uma população de 11 milhões de russos na Ucrânia. Maior parcela de população russa fora da Rússia nos países-membros da CEI. Inicialmente, a Ucrânia temia um movimento separatista na região de Donbass, onde havia maior concentração de russos (DONALDSON; NOGEE, 2009).

¹² Os tártaros eram um grupo nômade que se fixou em regiões da Ásia Central e na Crimeia, região a qual já foi do Império Russo, da URSS, da Ucrânia e foi anexada ilegalmente pela Rússia em 2014. Trata-se majoritariamente de muçulmanos, de islâmicos sunitas e na época de Stalin foram deportados para o Uzbequistão. Gorbachev tornou a deportação ilegal e assim os tártaros da Crimeia regressaram à região, mas desde o Governo Putin estes seguem perseguição (BBC NEWS BRASIL, 2023).

De 1991 a 1994, a Rússia se mostrou interessada em entrar para a OTAN no longo prazo e mantinha o discurso de que não se oporia à vontade dos países da Europa Central e do leste europeu de ingressar à OTAN. Ademais, previa a transformação da OTAN em uma aliança de segurança pan-europeia na qual a Rússia desempenharia o mesmo papel. Nesse período, a Rússia assumiu mais um papel de conciliador do que era esperado, uma vez que se esperava o governo russo como um ator de maximização de poder, dada a ênfase realista em sua política externa (THORUN, 2009).

Entre os anos 1994 e 2000 houve a oposição da Rússia à expansão da OTAN. A Rússia, em um primeiro momento, argumentou que a OTAN ameaçava a segurança regional e rompia promessas informais feitas após a Guerra Fria. Além disso, havia o argumento geopolítico que era pautado na ideia de que Moscou, para conter tal expansão, implantaria as forças russas nas fronteiras ocidentais ao reforçar uma cooperação na área de segurança com países não-ocidentais ao instaurar as “linhas vermelhas” no entorno dos países bálticos (THORUN, 2009).

Em 1994, criou-se a Parceria para a Paz (PpP), a qual se trata de um programa da OTAN cujo intuito é a criação de um ambiente de confiança entre os seus Estados-membros e outros países da Europa, inclusive da antiga União Soviética. Outro marco ocorreu em 1997 com o Ato Fundador OTAN-Rússia (THORUN, 2009).

O presente capítulo pretendeu analisar as relações entre Rússia e Ucrânia na década de 1990, uma vez que tal decênio se trata dos primeiros conflitos entre as duas nações dentro de um prisma da independência. Após a incursão no passado para resgatar elementos do Império Russo e da URSS essenciais para o entendimento das disputas territoriais que se estende à Guerra na Ucrânia em 2022, que se trata do ponto crucial deste trabalho, uma vez que a guerra quente se materializa desde o pós-Guerra Fria, compreende-se alguns pontos. A expansão da OTAN para o leste europeu, em especial o interesse da Ucrânia em se integrar à mesma e à UE em vez de se interessar em compor a CEI, gera preocupações na Rússia dado que o Ocidente se aproxima de sua zona de interesse, herança das estruturas políticas presentes no Império Russo e na URSS.

Pretende-se assim, a partir do entendimento das relações históricas entre Rússia e Ucrânia, abordar dois eventos marcantes na história da Ucrânia nas décadas de 2000 e 2010, os quais contaram com forte influência dos países ocidentais, principalmente, daqueles que

compõem a OTAN ou a União Europeia e que tiveram respaldo nas ações da Rússia em relação ao seu país vizinho.

4 A GEOESTRATÉGIA RUSSA ANTE AS CRISES UCRANIANAS DE 2004 E 2014

Este capítulo busca mostrar a geoestratégia adotada pela Rússia diante dos acontecimentos na Ucrânia nas décadas de 2000 e 2010 com foco na Revolução Laranja de 2004 e na Revolução Ucraniana de 2014, esta última tendo desencadeado novas disposições territoriais na fronteira entre Rússia e Ucrânia em pontos focais que se encontram em disputa constantemente por se tratarem de áreas de influência para ambas as partes e para a OTAN. As crises ucranianas nesse período foram marcadas tanto por elementos internos do país, bem como por acontecimentos de orientação externa. A partir desse cenário, observa-se a perda de poder russo na área de influência sobre as ex-repúblicas soviéticas, dada a expansão da OTAN e, por conseguinte, a busca por novas zonas de interesse no Mediterrâneo.

Para melhor compreensão dos eventos supracitados, segue abaixo uma figura contendo o mapa da Ucrânia em sua disposição anterior ao início da Guerra na Ucrânia em 2022 e posterior à Revolução Ucraniana de 2014, de modo a enfocar as regiões próximas à fronteira com a Rússia e de maioria russa como Lugansk e Donetsk, assim como a área de interesse global da Península da Crimeia com o porto de Sebastopol.

Figura 3 - Mapa da Ucrânia em 2022



Fonte: CIA (2024)

Ademais, é importante salientar que a formação do território ucraniano perpassa pelo encontro de múltiplas civilizações ao longo da história, desde a sedentarização de grupos eslavos e a criação da Rus' Kievana no século IX à independência e separação da Ucrânia da URSS na década de 1990. Tem-se que em todos esses períodos a formação territorial da Península da Crimeia ocorre pelo encontro de duas civilizações, a ortodoxa eslava e a tártara muçulmana. Dessa forma, as minorias na região da Crimeia são formadas pelos russos, ucranianos e tártaros da Crimeia, esses últimos considerados povos indígenas da Península, o que lhes garante direitos distintos aos rescindidos à minoria no Direito Internacional. É imprescindível pontuar essa questão, dado que se trata do ponto de partida para o avanço russo na Ucrânia e o ressurgimento da Rússia como ameaça à segurança pelo Ocidente. Logo, é fundamental compreender a relação entre esses grupos e a disputa pela região da Crimeia ao longo dos anos (ALAMINO, 2021).

Pode-se compreender melhor o interesse russo no conflito com a Ucrânia no artigo *On the Historical Unity of Russians and Ukrainians* (2021) de Putin, no qual o presidente deixa explícito que russos e ucranianos fazem parte de um só povo, visto que esses e os bielorrussos descendem da Antiga Rus que existiu na Alta Idade Média (476 dEC - 1000 dEC) e eram unidos linguisticamente, econômica e politicamente. Assim, mesmo ao declarar guerra à Ucrânia, endossou que seu objetivo não era ocupar o território vizinho, uma vez que respeitava sua soberania, mas que a Rússia enfrentava uma ameaça constante do governo ucraniano em suas aspirações ocidentais e, por conseguinte, a ofensiva se tratava de uma forma de defesa à sua integridade, isto é, a guerra contra a Ucrânia como resposta à expansão do Ocidente para o leste europeu.

Russos, ucranianos e bielorrussos são descendentes da Antiga Rus, a qual se tratava do maior Estado na Europa. Tanto tribos eslavas quanto outras atravessam o vasto território – de Ladoga, Novgorod, e Pskov a Kiev e Chernigov – no qual eram unidas por uma língua (a qual agora referimos como Russo Antigo), laços econômicos, o governo dos príncipes da dinastia Rurik, e – depois do batismo da Rus – a fé ortodoxa. A escolha espiritual feita por São Vladimir, que era tanto Príncipe de Novgorod e Grande Príncipe de Kiev, ainda determina amplamente a nossa afinidade hoje (PUTIN, 2021, tradução nossa).¹³

¹³ Do original: “ Russians, Ukrainians, and Belarusians are all descendants of Ancient Rus, which was the largest state in Europe. Slavic and other tribes across the vast territory – from Ladoga, Novgorod, and Pskov to Kiev and Chernigov – were bound together by one language (which we now refer to as Old Russian), economic ties, the rule of the princes of the Rurik dynasty, and – after the baptism of Rus – the Orthodox faith. The spiritual choice made by St. Vladimir, who was both Prince of Novgorod and Grand Prince of Kiev, still largely determines our affinity today.” (PUTIN, 2021).

No que diz respeito aos fatores que levaram à Revolução Laranja em 2004, tem-se que durante o mandato do ex-presidente ucraniano, Leonid Kuchma (1994-2005), ocorreu em 2003 a venda de material bélico e envio de tropas militares ucranianas ao Iraque, o que desencadeou o distanciamento da Ucrânia dos países ocidentais e maior aproximação com a Rússia. Ademais, Kuchma e a oligarquia ucraniana viriam a apoiar a candidatura de Viktor Yanukovich, um candidato russo étnico da região de Donbass no leste da Ucrânia, onde se encontra Donetsk, sob promessa de tornar a língua russa um idioma co-oficial no Estado e permitir a dupla cidadania (ALAMINO, 2021).

Em 2004, durante a gestão de Kuchma, apoiado pela oligarquia ucraniana e sob a desaprovação da sociedade civil, ocorreu a Revolução Laranja, como consequência das eleições presidenciais na Ucrânia. O caráter revolucionário desse acontecimento deriva da influência ocidental conferida a ele, uma vez que o país estava inserido em um espaço de herança soviética, semelhante ao que ocorreu na Albânia, Sérvia e Geórgia, com reações que refletiram no âmbito da CEI¹⁴ (HERD, 2005). A cor laranja atribuída à revolução era utilizada pelo candidato Yushchenko durante sua campanha eleitoral, sob o slogan *'Tak'*, que significa *'Sim'* (ALAMINO, 2021). As eleições presidenciais de 2004 foram uma tentativa ocidental de exportar um modelo democrático para o leste europeu pós-soviético. A revolução foi orientada, majoritariamente, por movimentos organizados por jovens ucranianos com a utilização de slogans como *'Pora'* e *'Vstavay'*, que significam respectivamente *'É tempo'* e *'Levantar'*, e de lenços laranjas como símbolos da resistência ucraniana. Dessa forma, observa-se a orientação da Ucrânia para modelos sociais e políticos oriundos do Ocidente e a perda da influência da Rússia no cenário político ucraniano (HERD, 2005).

A revolta nas eleições presidenciais de 2004 se deu pelo resultado fraudado nas regiões de maioria russa de Donetsk¹⁵ e Lugansk, no qual o então primeiro-ministro pró-Rússia, Yanukovich, teria vencido as eleições com o apoio da elite ucraniana com mais de 92% dos

¹⁴ A Revolução Bulldozer ocorrida na Sérvia, em 2000, é um exemplo de uma revolução de caráter ocidental em um espaço no qual a antiga URSS possuía influência. Na Sérvia, a oposição democrática buscou romper com o regime autocrático e nacionalista étnico de Slobodan Milosevic e retar com os padrões políticos e sociais da Europa Ocidental. Na Geórgia, por sua vez, ocorreu a Revolução Rosa, em 2003, na qual o nacionalismo cívico mobilizou um movimento de caráter revolucionário para apoiar a integração georgiana à Europa e buscava-se distanciar da zona de influência da Rússia (KUZIO, 2010).

¹⁵ Os oligarcas de Donetsk, em 1997, criaram o Partido das Regiões com a participação de Yanukovich. Estes eram proprietários e controlavam os meios de comunicação nacionais, como a televisão, a rádio e os jornais, e financiavam campanhas eleitorais (KARATNYCKY, 2005).

votos. Enquanto o resultado oficial dava vitória a Viktor Yushchenko (2005-2010) com 52% dos votos contra 43% de Yanukovich. Durante a campanha, ocorreram manipulação e distorções sobre Yushchenko por parte da imprensa, ele foi banido da televisão nacional, houve prisões de ativistas de sua coligação sob falsas acusações e foram colocadas barreiras rodoviárias e aéreas em datas de comício (KARATNYCKY, 2005).

Após o dia de votação, a capital ucraniana, Kiev, foi palco de protestos em massa a favor da vitória de Yushchenko, enquanto o candidato apelava à população para que fosse criado um Comitê de Salvação Nacional e organizado greves gerais (ALAMINO 2021). A Revolução Laranja era reflexo de um modelo ocidental apoiado pelos Estados Unidos, governos europeus, pela organização não-governamental estadunidense *National Endowment for Democracy*, e de filantropos privados como George Soros. Sendo assim, os movimentos democráticos na Ucrânia estavam em ascensão durante esse período, além do descontentamento da sociedade civil com os casos de corrupção da elite ucraniana (KARATNYCKY, 2005). O resultado da Revolução Laranja foi o reconhecimento da vitória de Yushchenko em janeiro de 2005 e uma guinada política voltada para o Ocidente, isto é, o início da perda da influência de Putin sobre a Ucrânia (ALAMINO, 2021).

Segundo Oleksii Izhak (2016), a Rússia se utiliza das fraquezas da ordem multipolar para se firmar como uma potência hegemônica regional dentro da configuração do realismo ofensivo, o que acarreta consequências globais, principalmente com a manifestação de movimentos separatistas pelo leste europeu desde a dissolução da URSS. A política externa russa, desde então, orienta-se no sentido da ideia de que as relações internacionais estão passando por uma transição, pela qual se formará um sistema internacional policêntrico. A lógica da estratégia da Rússia diante da Revolução Ucraniana de 2014 parte do pressuposto de que suas ações em relação à Ucrânia estão direcionadas à construção dessa ordem multipolar e policêntrica, o que para a Rússia é natural, mas a interferência do Ocidente visa interrompê-la.

O desenvolvimento dessa ideia de um mundo policêntrico, isto é, descentralizado, auxilia a Rússia a expandir seu poder e influência, mesmo que essa expansão possa gerar custos econômicos e militares excessivos. Na concepção russa o conflito com a Ucrânia é entendido apenas como uma consequência da expansão do Ocidente para o leste europeu, principalmente como resposta às ações dos Estados Unidos e da OTAN. Em um momento inicial, os meios de

informação da Rússia favoreceram a tese da ascensão ao poder de uma ‘junta fascista’ em Kiev (IZHAK, 2016).

É importante observar que, anterior à crise ucraniana de 2014, os países ocidentais não tinham a Rússia como uma ameaça à segurança. Ainda na década de 2010 houve tentativas de aproximação do Ocidente com a Rússia, na Conferência de Lisboa em 2010, na qual a OTAN discutiu acerca de um novo estágio de cooperação e parceria com o presidente Putin. Assim, a expansão da OTAN para o leste europeu nos anos de 1999 e 2004, do mesmo modo em que as consequências da Conferência de Bucareste em 2008 não demonstraram a Rússia como uma ameaça ao Ocidente, mas revelaram o poder russo enfraquecido. Somente com a eclosão da crise, em 2014, foi que as nações ocidentais passaram a conceber o governo russo como uma ameaça à segurança internacional (MEARSHEIMER, 2023).

Somado a isso, a expansão da União Europeia para o leste europeu e a ascensão de movimentos pró-democracia na Ucrânia com a Revolução Laranja de 2004 são bases importantes para examinar a Revolução Ucraniana de 2014. Segundo Mearsheimer (2014), a expansão da OTAN se trata de uma das causas mais importantes para explicar as crises na Ucrânia, uma vez que a estratégia da OTAN é integrá-la à organização, de modo a tirá-la da esfera de influência da Rússia. Desde a década de 1990 observa-se o caráter anti-expansão da OTAN nas estratégias russas para com os países vizinhos. Com o fim da Guerra Fria foi acordado entre os Estados Unidos e a URSS que as bases militares americanas e as bases da OTAN permaneceriam na Europa para auxiliar no processo de reunificação da Alemanha. Contudo, os sucessores russos da URSS divergiram a respeito desse acordo, uma vez que temiam a expansão da OTAN. Em 1999, a Hungria, República Tcheca e Polônia se integraram à OTAN. Em 2004 a expansão para o leste europeu incluiu a Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia.

Por outro lado, a incorporação da Geórgia e Ucrânia começou a ser debatida em 2008 na Cúpula de Bucareste, mas foi rejeitada pela Alemanha, sob mandato de Angela Merkel (2005-2021), e pela França, sob mandato de Nicolas Sarkozy (2007-2012), por receio dessa decisão antagonizar com os interesses da Rússia, uma vez que Putin exigia que se a OTAN fosse incorporar a Ucrânia, que a fizesse sem as regiões a leste do país e a Crimeia. Sem embargo, os

Estados Unidos¹⁶, sob administração de George W. Bush (2001-2008), não se sentiram encalhados pela possível reação russa e pressionaram os governos alemão e francês a emitirem um pronunciamento público que dizia que a Geórgia e Ucrânia acabariam por aderir à OTAN invariavelmente. O então vice-ministro das Relações Exteriores da Rússia, Alexander Grushko, afirmou a posição russa de descontentamento com a possibilidade de adesão dos dois países à OTAN e aludiu que essa aliança se tratava de uma estratégia que acarretaria péssimos resultados para a segurança pan-europeia, além de ser uma ameaça direta à Rússia. Em uma reunião entre Putin com Bush, o russo sugeriu que a adesão ucraniana à OTAN ocasionaria a extinção da Ucrânia. Ainda em 2008 o Governo de Mikheil Saakashvili (2004-2013) da Geórgia incorporou as regiões separatistas da Abecásia e da Ossétia do Sul. Com isso, Putin se aproveitou da instabilidade na Geórgia e tomou o controle das regiões supracitadas (MEARSHEIMER, 2014).

A expansão da OTAN para o leste europeu continuou com a adesão da Albânia e da Croácia em 2009. Concomitantemente, a expansão da União Europeia para o Oriente também se trata de causa das crises ucranianas a partir de 2004. A Parceria Oriental, lançada em 2009, tratou-se de uma iniciativa entre os Estados-membros da UE e outros seis países do leste da Europa, os quais se tratava da Armênia, Azerbaijão, Belarus, Geórgia, República da Moldávia e Ucrânia. Essa iniciativa objetivava integrar outras economias à UE. Novamente, a Rússia se viu perseguida pelas investidas do Ocidente em garantir uma zona de influência no leste europeu (MEARSHEIMER, 2014).

Em 2012, retomaram-se as negociações entre a Ucrânia e União Europeia, que levaram a modificações na estrutura ucraniana, como introdução de um novo código penal e de projetos de independência judicial. Contudo, a integração da Ucrânia à UE não foi concretizada, o que gerou os protestos na Ucrânia denominados de *Euromaidan* (ALAMINO, 2021).

Sob a alegação de golpe na Ucrânia com a derrubada do presidente ucraniano Yanukovich, Putin anexou a Crimeia em 2014 com o intuito de restabelecer as estruturas vigentes na União Soviética (1922-1991), e continuaria com sua estratégia de anexação por outras regiões na Ucrânia e de outros países no leste europeu a fim de enfraquecê-los em suas tentativas de se aliarem ao Ocidente (MEARSHEIMER, 2014). Nesse sentido, a partir da ótica

¹⁶ O investimento americano na Ucrânia de 1991 a 2013 foi de 5 bilhões de dólares para que o país conseguisse assegurar sua estratégia de acordo com os moldes ocidentais empregados por ele (MEARSHEIMER, 2014).

da teoria da “balança de ameaças”¹⁷ de Stephen Walt (BOCK; HENNEBERG; PLANK, 2015), pode-se notar a anexação da Crimeia como uma resposta neo-soviética ou neo-imperialista que viola o direito internacional¹⁸. Putin temia que a OTAN estabelecesse uma base naval na Crimeia. Além da Crimeia, em 2022, a Rússia anexou ilegalmente os *oblasts* ucranianos de Donetsk, Kherson, Lugansk e Zaporozhe, que representam cerca de 23% do território ucraniano (MEARSHEIMER, 2023).

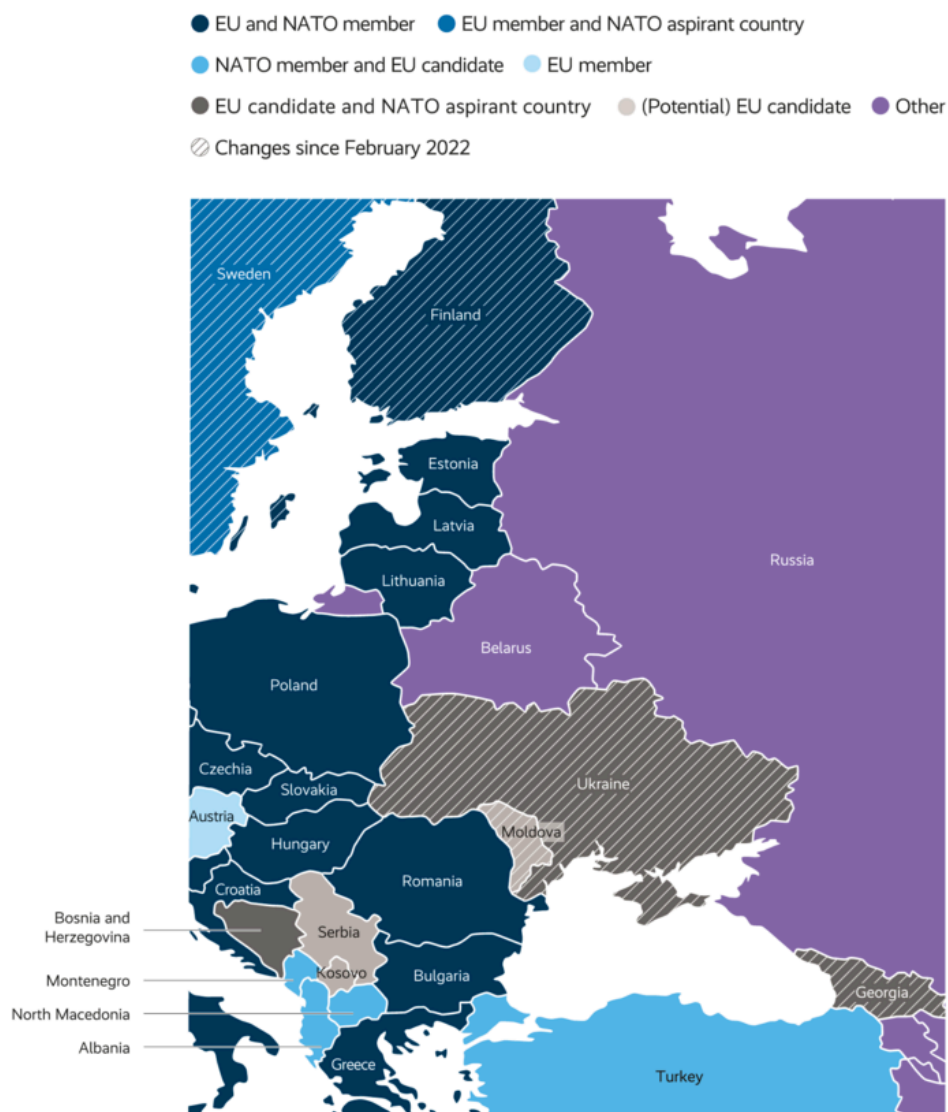
A estratégia russa de anexação da Península da Crimeia foi possível em parte pela revolta política no território da Ucrânia pelos protestos do movimento *Euromaidan* que iniciou em novembro de 2013 e culminou na revolução de caráter pró-Europa com a queda do presidente pró-Rússia Yanukovich e com o apoio da milícia de ultra-direita ucraniana. Dessa forma, a intervenção russa na Ucrânia se deu sob o pretexto de ajuda à etnia russa presente no país. Diante disso, tanto os Estados Unidos quanto a União Europeia condenaram a invasão de Putin e impuseram sanções à Rússia. Logo, intensificaram-se as ações contra o governo de Moscou e, por meio da OTAN, reforçaram a expansão da influência ocidental para o leste europeu (BOCK; HENNEBERG; PLANK, 2015).

Em síntese, de acordo com Mearsheimer (2014), percebe-se que existem três fatores predominantes na eclosão das crises na Ucrânia: i) o alargamento da OTAN; ii) a expansão da UE; e iii) os movimentos democráticos.

¹⁷ De acordo com a teoria da da balança das ameaças de Stephen M. Walt o comportamento de um Estado é determinado pela ameaça percebida por alianças ou outros Estados. Para Walt, não há o equilíbrio de um Estado com outro que está meramente aumentando seu poder, mas de um Estado contra outros que são percebidos como ameaça. Exemplo disso é o caso dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, uma vez que mesmo estes aumentando sua capacidade nuclear, não eram tidos como inimigos para países na Europa ocidental (BOCK; HENNEBERG; PLANK, 2015).

¹⁸ Sob pretexto de proteção à ameaça à minoria étnico-linguística russa na Ucrânia e o uso do direito à autodeterminação dos povos e de secessão do Direito Internacional, a Crimeia foi anexada via um acordo bilateral entre a Rússia e a Crimeia independente. Contudo, nenhuma ameaça foi confirmada por órgãos internacionais ou sistemas de monitoramento de direitos humanos. A conclusão desse caso, mesmo sob diferentes hipóteses, foi de ilícito internacional, com uma agressão seguida de uma anexação, uma vez que a população russa na Ucrânia gozava de seus direitos (ALAMINO, 2021).

Figura 4 - Mapa da expansão da OTAN e da UE para o leste europeu



Fonte: Munich Security Conference (2024)

Assim sendo, a Revolução Ucraniana de 2014 começou em novembro de 2013 quando o ex-presidente da Ucrânia, Viktor Yanukovich (2010-2014), rejeitou o acordo econômico com a UE e aceitou a contra oferta de 15 bilhões de dólares da Rússia, o que acarretou uma posição antigoverno dos ucranianos. Com a escalada dos protestos em Kiev, em 2014, Yanukovich exilou-se na Rússia. O novo governo ucraniano, liderado por Petro Poroshenko (2014-2019), que se instaurou após a queda de Yanukovich era de caráter pró-Occidente e anti-Rússia, com alguns governantes de alto-escalão vinculados ao neofascismo (MEARSHEIMER, 2014).

Além disso, para Mearsheimer (2014), o apoio americano ao golpe político na Ucrânia fora demonstrado por nomes como Victoria Nuland, ex-subsecretária de Estado para Assuntos Políticos dos Estados Unidos, John McCain, senador republicano, e Geoffrey Pyatt, embaixador dos Estados Unidos na Ucrânia. No caso de Nuland, esse defendeu a mudança de regime e objetivava tornar Arseniy Yatsenyuk primeiro-ministro no novo governo ucraniano. Com isso, a Rússia considerava certo o envolvimento estadunidense na destituição de Yanukovich, o que levou Putin a tomar ações contra a Ucrânia e o Ocidente. Logo, as forças russas tomaram a Crimeia e anexou-a à Rússia. A anexação da Crimeia foi fácil, uma vez que já havia um contingente militar russo no porto de Sebastopol e cerca de 60% da população na Península da Crimeia era de russos étnicos e desejavam de desvencilhar da Ucrânia.

Portanto, Vladimir Putin, temeroso com o avanço do Ocidente para o leste, desencorajou que o novo governo ucraniano se aliasse a governos ocidentais, sob ameaças de destruição do Estado da Ucrânia. A partir disso, forneceu apoio diplomático e militar aos separatistas no leste ucraniano, como demonstrado na figura 2 abaixo, com as regiões separatistas de Donetsk e Lugansk marcadas de vermelho na fronteira entre Rússia e Ucrânia. Ademais, elevou drasticamente o preço de gás natural que exportava para a Ucrânia (MEARSHEIMER, 2014).

Figura 5 - Mapa das regiões separatistas de Donetsk e Lugansk de maioria russa étnica na fronteira entre Rússia e Ucrânia



Fonte: The Print (2022)

A reação ocidental acerca da ofensiva russa se deu pelas restrições econômicas à Rússia impostas pela União Europeia, com veto à importação de bens produzidos na Crimeia e ao comércio e investimento, bem como veto à exportação de determinados produtos, como aqueles de base tecnológica na região de Sebastopol, principalmente, os com finalidade para a produção de petróleo. Outrossim, houve limitações ao acesso a bancos e companhias russas aos mercados primários e secundários de capital da União Europeia. No que diz respeito ao material bélico, ocorreu o veto à exportação e importação de armas e à exportação de bens para fins militares. Acordos bilaterais entre a União Europeia e a Rússia também foram dissolvidos, como aqueles que dizem respeito a vistos de viagem e de entrada da Rússia na Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE) e na Agência Internacional de Energia (AIE). Também, as reuniões do G8¹⁹ passaram a ser sem a participação da Rússia desde 2014 (ALAMINO, 2021).

Assim sendo, o presente capítulo buscou abordar dois marcos na história da Ucrânia durante as décadas de 2000 e 2010. Primeiro, tratou-se da Revolução Laranja em 2004 que, após fraudes eleitorais, demonstrou o caráter pró-democracia na Ucrânia e a guinada política do país para os preceitos ocidentais, o que acarretou a perda de influência russa na Ucrânia. Em segundo lugar, foi retratada a Revolução Ucraniana de 2014, que com a ascensão de movimentos democráticos e com a expansão da OTAN e União Europeia para o leste europeu, levou a Rússia a adotar uma postura mais ofensiva contra a Ucrânia ao anexar a Península da Crimeia ao Estado russo. Esses entendimentos são fundamentais para compreender a reação dos países ocidentais para com a Rússia e a estratégia russa diante das sanções sofridas e da perda de influência na zona das ex-repúblicas soviéticas. Por conseguinte, esses eventos são importantes para entender a aproximação do governo russo na Argélia, Egito, Líbia e Síria que será analisada no capítulo subsequente.

Com base nisso, o capítulo subsequente tem como objetivo analisar as interações russas com outros países não ocidentais a partir da reação do Ocidente sobre a crise ucraniana em 2014. Como a Rússia, após sanções sofridas por Estados-membros da OTAN e da União Europeia, buscou por novos parceiros na região do Mediterrâneo ou fortaleceu suas relações com governos de países no Norte da África e no Oriente Médio?

¹⁹ O Grupo G8 trata-se dos oito países mais desenvolvidos e influentes do mundo, sendo eles: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia (FOLHA DE SÃO PAULO, 2023).

5 O NOVO ÍMPETO DIPLOMÁTICO DA RÚSSIA NO MEDITERRÂNEO

A aproximação da Rússia com os países do MENA e a sua importância como potência externa na região, principalmente, na costa do Mediterrâneo, remonta às relações históricas entre a União Soviética e os países africanos, os quais tiveram seus processos de independência apoiados pelo regime soviético. Desse modo, este capítulo busca contextualizar a influência da URSS e o seu papel no âmbito da segurança internacional na região do MENA, para em seguida analisar a forma com que a Rússia, no contexto do pós-Guerra Fria, manteve sua aproximação no Mediterrâneo, especialmente, na Argélia, Egito, Líbia e Síria. Ademais, com a dissolução da URSS e expansão da OTAN e da União Europeia para o leste europeu, observa-se o enfraquecimento da influência e das capacidades da Rússia em se projetar como *hegemon* regional, o que leva o país a buscar novas zonas de influência, principalmente, no que diz respeito ao fornecimento de armas, com foco em dois aliados de longo prazo do MENA: Argélia e Egito.

5.1 As relações da União Soviética na região do MENA

Para melhor compreender as relações entre Rússia e países do MENA no recorte temporal analisado neste trabalho, remonta-se às relações da URSS no continente africano, para em seguida tratar da região do MENA. No contexto dos países socialistas, principalmente no pós-Segunda Guerra Mundial, as relações entre países africanos e União Soviética se estreitaram, visto que Lênin havia prometido a cooperação entre a URSS e os povos colonizados. A libertação desses fazia parte da agenda de Política Externa soviética, uma vez que a aceleração da revolução colonial era uma estratégia de defesa de interesses nacionais russos (THIAM; MULIRA, 2010).

Segundo Thiam e Mulira (2010), a política de cooperação entre os Estados soviéticos e o continente africano pode ser dividida temporalmente em: i) 1917 a 1945, período no qual a influência da URSS é indireta e apoia-se no movimento pan-africanista²⁰ na América e em

²⁰ O movimento pan-africanista, termo cunhado pelo advogado trinitário Sylvester Willians, surgiu na segunda metade do século XIX nas comunidades negras do Caribe e dos Estados Unidos, regiões as quais estavam envolvidas na luta contra a segregação racial. A ideologia presente nesse movimento expressa o sentimento de solidariedade e consciência de uma origem comum entre os negros desses países. Com isso, foi proposta a união de todos os povos da África como forma de inserir o continente africano no cenário internacional (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2013).

partidos comunistas europeus; ii) 1945 a 1965, quando, após o enfraquecimento de potências coloniais no pós-Segunda Guerra, os países socialistas apoiaram movimentos de libertação nacional de Estados africanos; iii) 1960 a 1975, período no qual a intervenção da URSS na África é mais expressiva em prol de resultados diplomáticos; e iv) pós-1975, quando, com o fim da Guerra do Vietnã (1955-1975), tem-se a recuperação da influência de países socialistas na região do chifre da África²¹ e na Angola.

A partir desse panorama sobre a influência da URSS para o continente africano, percebe-se que, com o fim da Segunda Guerra e o enfraquecimento das potências coloniais, a URSS aprofundou a sua influência no Mediterrâneo, uma vez que os países socialistas se encontravam interessados no avanço do anticolonialismo e visava sustentar as lutas anticoloniais (THIAM; MULIRA, 2010). Logo, a década de 1950 foi marcada pelo interesse de Moscou em apoiar a independência dos novos Estados na África. Na Conferência de Bandung de 1955, que englobou países africanos e asiáticos, a URSS apoiou as decisões anti-imperialistas sob o argumento de que a coexistência pacífica inclui os princípios de não interferência em assuntos internos de cada Estado e a defesa da soberania e integridade territorial dos países (ARKHANGELSKAYA; SHUBIN, 2013). Em 1960, na Assembleia Geral das Nações Unidas, a União Soviética apresentou a resolução do projeto no qual convocava todas as potências coloniais a conceder independência às suas colônias africanas (THIAM; MULIRA, 2010). Como consequência, a Assembleia Geral adotou a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais e, em 1962, criou uma Comissão Especial de Descolonização para acompanhar a implementação do projeto (NAÇÕES UNIDAS, 2024).

A cooperação soviética às lutas pela independência, por fim, beneficiou partidos nacionalistas de vários países, entre eles Argélia, Egito e Tunísia. A organização internacional Komintern (1919-1943), fundada por Lênin, estabeleceu relações com as primeiras organizações nacionalistas africanas, como a *National Congress of British West Africa* (NCBWA) na África Ocidental e o Congresso Nacional Africano (CNA) na África do Sul, mesmo que essas estivessem sob liderança da burguesia nacional progressista e contassem com pouca participação da classe operária e dos partidos comunistas. Com isso, nota-se um caráter mais pragmático da cooperação política da URSS com o MENA (THIAM; MULIRA, 2010).

²¹ A região conhecida como Chifre da África é composta por Djibouti, Eritreia, Etiópia e Somália (PEREIRA, 2018).

Portanto, as décadas de 1950 e 1960 foram o marco da descolonização na maior parte dos países africanos. No caso do MENA, houve a independência na Líbia, em 1951, dos domínios inglês e francês; na Argélia, em 1962, do domínio francês; e no Egito, o fim da ocupação britânica, em 1952. Enquanto a década de 1980 marcou as mudanças trazidas pela liberalização do bloco socialista introduzida por Gorbachev, com as políticas *glasnost*, de cunho político, e *perestroika*, de cunho econômico (THIAM; MULIRA, 2010). Além disso, na década de 1980, a União Soviética firmou diversos acordos de cunho econômico e cultural, dentre os quais possibilitou o treinamento de milhares de africanos em universidades soviéticas e escolas políticas e militares (ARKHANGELSKAYA; SHUBIN, 2013).

5.2 A diplomacia russa no Mediterrâneo ante as crises na Ucrânia após o hiato nas relações Rússia-MENA na década de 1990

A dissolução da União Soviética no início da década de 1990 marcou o começo de um hiato nas relações entre a Rússia e os países do MENA, o que desencadeou os Estados Unidos como novo garantidor de segurança na região e tornou-se a potência hegemônica externa com maior influência (BORCK; LOVOTTI, 2023). Contudo, principalmente a Líbia e Síria, durante a década de 2000, com o cancelamento parcial das dívidas de ambos países em troca de contratos lucrativos, facilitaram o estreitamento de suas relações com a Rússia (MIKAIL, 2021).

Entretanto, foi a partir da Primavera Árabe em 2011 que a Rússia retomou, gradualmente, sua posição como elemento-chave em questões de segurança, economia e política no Mediterrâneo. A estratégia adotada pela Rússia na década de 2010, similar à adotada na invasão à Ucrânia em 2022, é pautada em três principais eixos: econômico, estratégico e de segurança. A projeção de poder russo nos países do MENA se trata de uma forma de demonstrar sua pretensão de se firmar como uma potência global. Ademais, como objetivos geoestratégicos têm-se o acesso russo ao Mediterrâneo, a construção de laços diplomáticos para que a Rússia não seja isolada política e economicamente pelo Ocidente e investimentos na área energética de exploração de petróleo e gás natural (BORCK; LOVOTTI, 2023).

De forma geral, o período do pós-Guerra Fria, no que tange às questões de segurança, foi marcado por estratégias similares às da época da URSS, com exportação de equipamento bélico e treinamento militar. Desde a crise ucraniana de 2014, com sanções oriundas do Ocidente

impostas à Rússia, o governo russo assinou cerca de 20 acordos de cooperação militar com países africanos (SIDIROPOULOS; ALDEN, 2019).

5.2.1 Argélia

A Argélia se trata de uma nação aliada à Rússia desde o período soviético, uma vez que Moscou possui interesse econômico no país como importador de equipamentos bélicos, sobretudo devido ao apoio da União Soviética na Guerra de Independência Argelina (1954-1962) contra a França por meio de fornecimento de armamento e de assistência de segurança (RUMER, 2019). A URSS financiava a aquisição de armas na Argélia, e estima-se que entre 1962 e 1989 foi exportado U\$11 bilhões em equipamentos militares soviéticos para o governo argelino, o que representava 80% do estoque bélico do país. Com a dissolução da URSS e o direcionamento para questões internas, as relações entre as duas nações foram interrompidas na década de 1990 (GHANEM-YAZBECK et al., 2018). Além disso, vale ressaltar que tanto a Rússia quanto a Argélia passaram por revoltas durante os anos 1990. Enquanto a Rússia lidava com os problemas na Chechênia, a Argélia passava por uma guerra civil (1992-2002) contra um movimento militante de cunho islâmico com a participação do Exército de Salvação Islâmica (SIA), Grupo Islâmico Armado (GIA), Movimento Islâmico Armado (AIM), etc. (RUMER, 2019).

Contudo, a partir dos anos 2000, a Rússia buscou restabelecer sua posição no mercado norte-africano, no qual a Argélia se tratava de um dos maiores importadores de armas. Ademais, com as crises ucranianas, a Rússia ampliou o seu mercado de armamento bélico e exportou ainda mais armas para a Argélia, que buscava fornecimento de armas no tocante às suas relações com o país vizinho, o Marrocos, que está associado aos Estados Unidos e seus aliados (GHANEM-YAZBECK et al., 2018).

Com a ascensão ao poder de Abdelaziz Bouteflika (1999-2019) na Argélia e de Putin na Rússia em 2000, os países restabeleceram as relações e retomaram as transferências de armas e equipamentos bélicos, de forma com que a Argélia passasse do 22º país importador de armamento global para o 6º maior destinatário de transferências de armas entre 2008 e 2012, com 93% dessas importações advindas da Rússia. Entre 2014 e 2018, a Argélia se tornou o terceiro maior importador de armamento russo, composto por parcela de 14% do total de

exportações de armas russas, o que tornou o país argelino o maior mercado africano para as exportações da Rússia (SPRINGBORG; WILLIAMS, 2021).

5.2.2 Egito

No que diz respeito ao Egito, entre as décadas de 1950 e 1970, o país era um importante aliado da União Soviética nos âmbitos econômicos, diplomáticos e militares. Em 1955, a aproximação do governo egípcio com a URSS se deu com a assinatura de um acordo sobre armas e treinamento militar, o que gerou preocupação das potências ocidentais. O Egito nesse momento estava sob liderança do ex-presidente Gamal Abdel Nasser, que governou do golpe de Estado em 1954 ao ano de sua morte em 1970. Um dos objetivos principais do governo de Nasser era a eliminação do imperialismo, unificação do mundo árabe e construção de uma liderança no mundo africano, ideias que se aproximavam da defesa russa do anti-imperialismo na África (STEELE, 1963).

No período da Guerra Fria, com a expansão da influência dos Estados Unidos nos países do MENA para impedir o avanço do comunismo na região, o Egito se tornou um ponto geográfico estratégico para o Ocidente nessa tentativa. Em 1954, Estados Unidos e Egito assinaram um acordo, no qual se negociou a retirada das forças britânicas do Canal de Suez, e acordaram compromissos de cunho militar. Contudo, as partes não consentiram no tocante à posse de armamento bélico, uma vez que para o Egito, Israel se tratava de uma ameaça à segurança regional, e o governo egípcio se utilizaria do aparato militar caso fosse ameaçado por Israel. Enquanto, para os Estados Unidos, Israel se tratava de um aliado, e por isso não aceitava as condições egípcias para negociar o envio de equipamento militar para o país. Por conseguinte, a gestão de Nasser passou a negociar a oferta de armas com países do bloco comunista durante a Guerra Fria, mesmo o Egito se tratando de um país não alinhado²² (STEELE, 1963).

Na década de 1970, com a eleição do ex-presidente egípcio Anwar Al Sadat (1970-1981), o país redirecionou suas relações aos Estados Unidos e seus aliados. Em 1972, o Egito expulsou milhares de civis e conselheiros militares soviéticos de seu território, e iniciou

²² O Movimento dos Países Não Alinhados ocorreu durante a Guerra Fria (1947-1991) no contexto de polarização entre as duas grandes potências mundiais, Estados Unidos e URSS. Dessa forma, liderado por países como Egito, Índia e Iugoslávia, o Movimento dos Países Não Alinhados buscava afirmar um modelo independente da configuração bipolar da geopolítica com a necessidade de se criar uma nova ordem política e econômica mundial (VISENTINI, 2012).

uma comunicação com os Estados Unidos que levou ao estabelecimento dos acordos de paz de Camp David com Israel em 1978. Nesse cenário, durante a administração do presidente democrata Jimmy Carter (1977-1981), iniciou-se os quase 50 anos de dominação estadunidense no Oriente Médio, ao passo em que na década de 1990 a URSS se retirava do Norte da África para lidar com questões domésticas (RUMER, 2019).

A Primavera Árabe²³, em 2011, foi um ponto de inflexão nas relações entre Rússia e Egito. A queda do presidente egípcio Hosni Mubarak (1981-2011), que foi aliado dos Estados Unidos por três décadas, e os esforços da nação americana em projetar um modelo de governo democrático no exterior preocuparam a Rússia. Porém, o governo russo manteve uma relação pragmática com o sucessor de Mubarak, Mohamed Morsi (2012-2013), que foi eleito pela Irmandade Muçulmana²⁴, a qual é considerada por Moscou uma organização terrorista e banida na Rússia em 2003. Em 2013, por sua vez, ocorreu um golpe militar que derrubou Morsi e elegeu Abdel Fattah Al-Sisi como presidente do Egito, no mesmo período em que Putin retomou o poder na Rússia. Com isso, Rússia e Egito se tornaram aliados no que tange à questão bélica, de forma com que o Egito se tornou um dos maiores importadores de armas russas, além de acordos de cooperação e de energia nuclear (RUMER, 2019). Afora o interesse em questões bélicas, em 2016 foram descobertos novos campos de gás natural na costa do Egito, perto dos campos de Calipso e Noor, o que tornou a área entre Egito e Israel um ponto estratégico de oferta de gás natural para a Rússia (POLIMENO, 2022)

Em 2017, os dois países assinaram um acordo nuclear no qual, a partir da construção de uma planta de usina nuclear no território egípcio prevista para ser finalizada em 2029, a Rússia retomaria sua posição como grande potência no Mediterrâneo e o Egito impulsioneira sua economia no âmbito do mundo árabe. Esse projeto, pensado durante o mandato de Nasser, foi interrompido em 1967 em consequência da Guerra dos Seis Dias²⁵. A princípio, as usinas

²³ A Primavera Árabe representa uma onda de protestos que se iniciaram na Tunísia em dezembro de 2010 após a auto-agressão de Mohammed Bouazizi em um protesto contra a corrupção e violência policial. Posteriormente, esses protestos se escalaram pelo mundo árabe e geraram consequências como a queda dos regimes ditatoriais de Zine Al-Abidine Ben Ali na Tunísia e de Mubarak no Egito, guerra civil na Líbia e revoltas civis na Síria e no Iêmen (SALIH, 2013).

²⁴ A Irmandade Muçulmana foi fundada no Egito em 1928 por Hassan Al-Banna com o objetivo de estabelecer um estado islâmico unificado. Considerada precursora do fundamentalismo islâmico contemporâneo, deu origem ao Hamas, Al-Qaeda e Estado Islâmico. Ademais, atuou como protagonista na Primavera Árabe em 2011 (LEPINSKY, 2015).

²⁵ Na eclosão da Guerra dos Seis Dias em 1967, Israel ocupou a Faixa de Gaza, a Cisjordânia e Jerusalém Oriental, o que provocou um êxodo de palestinos estimado em meio milhão. Com isso o Conselho de Segurança da

nucleares deveriam ser implementadas pela União Soviética, mas na década de 1970 o projeto foi licitado em uma competição entre empresas americanas, após o ex-presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon (1969-1974), prometer o fornecimento de armamento nuclear ao Egito e a Israel, o que foi negado pelo governo egípcio dadas as demandas dos EUA. Na década de 1980, o projeto foi novamente interrompido após o acidente do reator nuclear de Chernobyl na Ucrânia, em 1986, e devido à descoberta de depósitos de gás (OFEK, 2017).

5.2.3 Líbia

A aproximação entre Rússia e Líbia remontam à década de 1970, quando a URSS apoiou a modernização das forças armadas líbias pelo revolucionário Muammar Al-Gaddafi (1942-2011) e financiou a construção de instalações navais no Mar Mediterrâneo devido ao interesse pelos recursos petrolíferos na região (MIKAIL, 2021). No que diz respeito às questões de paz e segurança da Rússia no território africano, uma das mudanças mais significativas concerne à Primavera Árabe e a derrubada de Al-Gaddafi pela OTAN na Líbia em 2011 (SIDIROPOULOS; ALDEN, 2019).

A intervenção dos EUA e seus aliados em 2011 no país gerou apoio russo ao governo líbio, mesmo que limitado, ao general Khalifa Haftar e ao Exército Nacional Líbio, uma vez que o envolvimento da Rússia no conflito se deu de forma indireta com a atuação do Grupo Wagner (RUMER, 2019). A intervenção militar na Líbia em 2011, a qual foi seguida do início das guerras civis na Síria e no Iêmen e da ascensão das forças islâmicas na região do MENA, acarretou a atuação da Rússia no país e a imposição de seu poder como uma potência regional (MIKAIL, 2021).

Com isso, a Rússia ainda busca conseguir apoio regional com a Arábia Saudita, o Egito e os Emirados Árabes Unidos, países que estão ao redor da influência do general Haftar na Líbia, principal oponente russo do país, com discurso de guerra contra o terrorismo. Quando Haftar iniciou a guerra contra Trípoli, o envolvimento russo na Líbia se intensificou com o fornecimento de armas, aeronaves e mercenários do Grupo Wagner (MIKAIL, 2021).

Organização das Nações Unidas formulou a Resolução 242 de 1967, cujo princípio é pautado na retirada das forças armadas israelenses dos no Território Palestino Ocupado (OPT), o qual refere-se à Cisjordânia, Jerusalém Oriental e Gaza, e enfatiza a inadmissibilidade de aquisição de territórios pela força, além do fim do estado de beligerância (NAÇÕES UNIDAS, 2023).

A Resolução 1973 (2011)²⁶ do Conselho de Segurança das Nações Unidas contou com a abstenção do voto russo em aprovar a imposição de uma zona de exclusão aérea e autorização do uso da força por uma coalizão internacional com base do Capítulo VII da Carta da ONU²⁷. A decisão da Rússia foi pautada na preocupação com os resultados das agitações populares que ocorriam na região e posicionou-se a favor da defesa da soberania nacional e do direito internacional, de modo a criticar a interferência em assuntos internos por parte de potências ocidentais (MIKAIL, 2021). Porém, a Rússia não vetou a resolução, mas com a expansão da OTAN para a Líbia e as suas ações posteriores à resolução do CSNU, geraram desconfiança no governo russo e seus aliados, uma vez que a falta de estabilidade acarretava prejuízo nos interesses da Rússia em petróleo e comércio de armas. Mesmo com a defesa de Moscou em solucionar pacificamente o conflito na Líbia, há o registro das forças mercenárias do Grupo Wagner na região (SIDIROPOULOS; ALDEN, 2019).

A intervenção da OTAN na Líbia gerou resultados como o assassinato de Al-Gaddafi em 2011, perda russa de acordos militares e de infraestrutura e a divisão do governo líbio entre ocidente e oriente (SIDIROPOULOS; ALDEN, 2019). Com a fragmentação do território líbio, tornou-se mais fácil para a Rússia controlar os recursos de gás na Líbia, juntamente da ampliação de sua influência nos mercados energéticos da Argélia e do Egito, o que facilita a situação russa perante às sanções da União Europeia. Além disso, através da Líbia, o governo russo reforça sua posição no Mediterrâneo e favorece seu acesso às regiões do Sahel e da África Ocidental (MIKAIL, 2021).

5.2.4 Síria

Com a ascensão de Putin ao poder, houve a retomada gradual do interesse russo no Mediterrâneo, principalmente, no que diz respeito às relações com a Líbia e a Síria, países os quais se tratavam de aliados à URSS no período da Guerra Fria. A Rússia era o principal exportador de armas para o regime do Baathismo na Síria e, além disso, oficiais e engenheiros de

²⁶ A Resolução 1973 (2011) do Conselho de Segurança da ONU estabeleceu medidas para lidar com a situação das guerras civis na Líbia, incluindo o reforço de embargo de armas e imposição de uma zona de exclusão aérea, com a finalidade de proteger os civis contra as violências cometidas pelo próprio governo (NAÇÕES UNIDAS, 2011).

²⁷ O Capítulo VII da Carta da ONU diz respeito à ação relativa a ameaças à paz, ruptura da paz e atos de agressão. No Artigo 45 da Carta, para habilitar as Nações Unidas para medidas militares urgentes, os Estados-membros devem manter contingentes das forças aéreas nacionais para a execução combinada de uma ação coercitiva internacional (NAÇÕES UNIDAS, 1945, art. 45, cap. VII).

grupos militares sírios foram formados por universidades soviéticas, bem como grande parte dos militares da URSS serviram na Síria, especialmente, na base naval russa na cidade síria de Tartus (MIKAIL, 2021).

A Síria passa por uma guerra civil desde 2011, que surgiu das manifestações contra o regime autoritário de Bashar Al-Assad (2000-), parte da onda mais ampla de protestos que foi a Primavera Árabe²⁸. A Rússia, por sua vez, é aliada ao governo sírio e fornecedora de aparatos militares para a Síria. Muito desse fornecimento ocorre de forma indireta, ou seja, por financiamento e por ajuda técnica, principalmente, ao sistema de defesa aéreo do país. Como exemplo, tem-se o “Expresso Sírio”, o qual se trata de uma expressão empregada para designar a frequência com que aconteciam os embarques na Frota do Mar Negro, que abarca países do leste europeu e a Turquia no Oriente Médio, para negócios entre a Rússia e a Síria (GALEOTTI, 2022). No âmbito da Primavera Árabe, a Rússia manteve seu posicionamento de não-intervenção em assuntos internos dos Estados, o que era tido como favorável pelos países do MENA dado o receio das consequências da presença estadunidense no Iraque em 2003 (MIKAIL 2021).

A Rússia passou a fornecer navios russos à Síria pelo “Expresso da Síria” e defesa aérea ao regime sírio e a lançar mísseis no Mediterrâneo contra grupos armados rebeldes. No âmbito naval, com estratégias de A2/AD, assegurava-se a expansão da esfera de influência russa no Mediterrâneo. As operações na Síria, portanto, serviram para o comando russo treinar seus combatentes, força aérea e testar novas tecnologias e táticas de guerra, como também ocorrera, indiretamente, na Líbia com o Exército Nacional Líbio (LNA, sigla inglês para *Libyan National Army*), uma vez que Moscou contribuiu com recursos a forças paramilitares do LNA. Porém, o apoio militar russo ao LNA contra o Governo do Acordo Nacional (GNA), o qual era reconhecido internacionalmente como o governo da Líbia, era limitado, visto que pode comprometer as relações com a Turquia, país o qual é imprescindível para o fornecimento de gás russo à Europa sem passar pelos gasodutos da Ucrânia (MIKAIL, 2021).

Ao fim de 2012, à medida em que a agitação popular se escalava em uma guerra civil na Síria, o regime de Al-Assad perdeu controle sobre a maioria das zonas rurais e o apoio financeiro

²⁸ Essas revoltas levaram o regime a libertar o exército nas principais cidades da Síria, o que levou ao agravamento da revolta dos civis e protestos pacíficos se transformaram em uma insurreição armada. Com isso, houve a formação do Exército Livre da Síria (ELS) e de grupos como a Força Democrática Síria (coalizão curda-árabe), Estado Islâmico do Iraque e outros grupos jihadistas ligados à Al-Qaeda (RUMER, 2019).

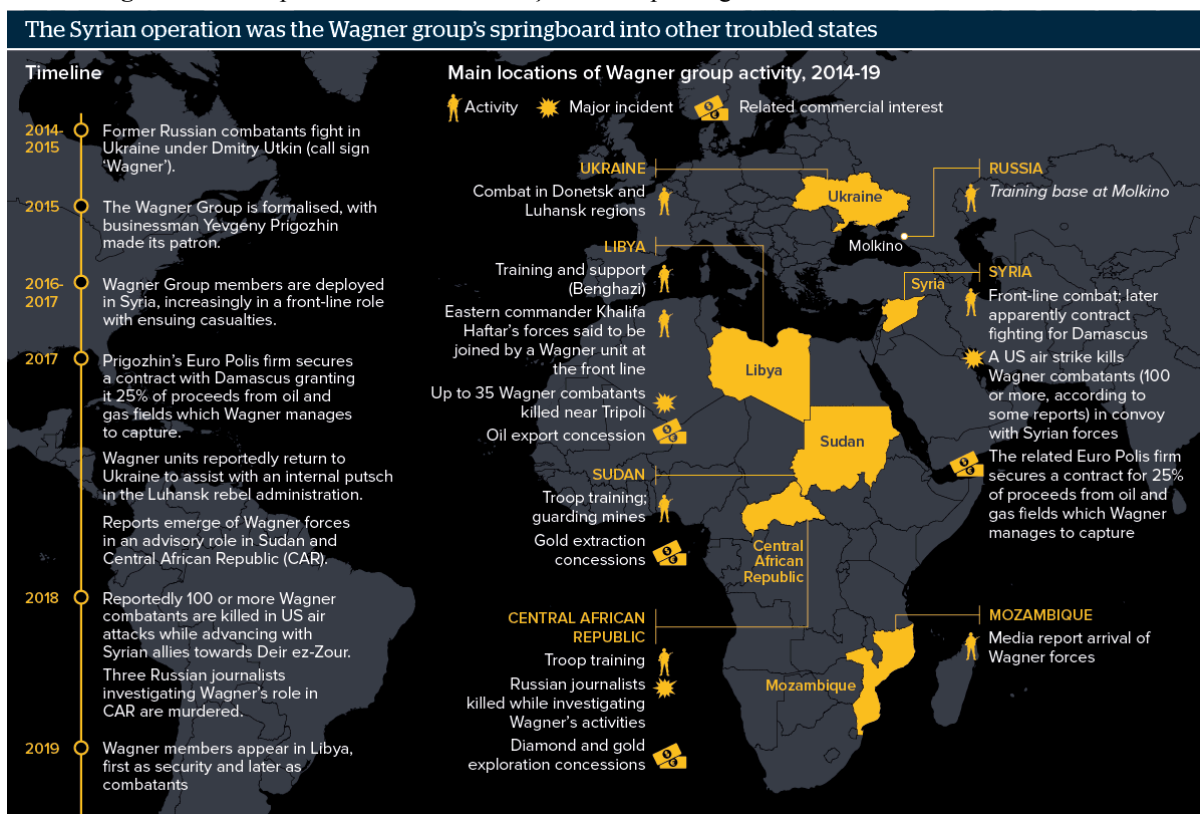
e diplomático de Moscou se tornou insuficiente. Ademais, com massacres cometidos por milícias e uso contínuo de armas químicas pelo governo sírio em Aleppo e Damasco, principais cidades sírias, a Rússia foi pressionada a reconhecer a responsabilidade de Bashar Al-Assad na deterioração da crise na Síria. Com a vitória da ofensiva de Al-Qusayr, a operação militar lançada pelo exército sírio apoiada pelo Hezbollah, que retomou lugares estratégicos e com o fim dos ataques aéreos na capital Damasco pelos Estados Unidos, o governo de Moscou aumentou a sua zona de influência. Contudo, a oposição síria recebia as tentativas do Kremlin como mediador na crise árabe sob suspeita (MIKAIL 2021).

No que diz respeito à intervenção russa na Síria, os Estados Unidos buscaram punir a Rússia em decorrência da crise ucraniana de 2014 isolando-a diplomaticamente. Em resposta, a Rússia interveio na guerra civil da Síria em 2015 de forma a interferir o lado dos EUA e seus aliados nesse conflito, buscando fazer com que os Estados Unidos considerassem os interesses russos (GALEOTTI, 2022).

As estratégias de envolvimento militar e iniciativas diplomáticas na Síria tornaram a Rússia fundamental nos processos de gestão de crise na região do MENA. A objeção russa a respeito da saída do Bashar Al-Assad da Síria, como condição para negociar com o país, demonstra a influência diplomática no Mediterrâneo e seu potencial em melhorar a sua posição no cenário internacional. Com o exemplo do que ocorreu com a Líbia, o governo russo vetou quaisquer tentativas de ações coercivas contra o regime sírio no âmbito do Conselho de Segurança da ONU sob discurso de proteção à soberania doméstica (MIKAIL, 2021).

É importante pontuar que mesmo com a influência da Rússia na região do Mediterrâneo, principalmente no Egito, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Turquia, a esfera de influência dos Estados Unidos ainda é relevante e a economia russa não substitui a economia americana nessa região (MIKAIL, 2021).

Figura 6 - Principais localidades de atuação do Grupo Wagner entre 2014 e 2019



Fonte: Mikail (2021)

Em 2015, o ISIS (sigla inglesa para *Islamic State of Iraq and Syria*, também conhecido como Estado Islâmico) tomou a cidade de Palmira na Síria, o que levou a Rússia a ajustar a sua abordagem em relação ao país, uma vez que a ascensão de movimentos libertários sírios ameaçava a base naval em Tartus. Além disso, a presença dos Estados Unidos na Síria se tornou uma justificativa para intervenções militares no país, bem como o estabelecimento de uma divisão de origem chechena no ISIS. Por conseguinte, Putin criou uma coalizão anti-ISIS, que incluía forças sírias e iranianas e combatentes do Hezbollah e do Comitê de Mobilização Popular do Iraque. Essa postura de ataque ao terrorismo no Oriente Médio iniciou uma aproximação com os países supracitados, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos (MIKAIL, 2021).

Portanto, com a intervenção russa na Guerra na Síria, o ano de 2015 se tornou um marco no desenvolvimento do *hard power* russo, uma vez que desde a Guerra Fria a Rússia não participava de uma ofensiva fora do espaço ex-soviético. Com isso, pôde-se observar a ampliação da zona de influência da Rússia em países geograficamente distantes e uma nova

estrutura da geoestratégia russa. Tal estratégia deriva do interesse russo em se colocar como uma potência hegemônica ao lado dos Estados Unidos e impedir alterações nos regimes políticos que almejam ser aliados dos estadunidenses na região do MENA (RUMER, 2019).

Dessa forma, desde a eclosão da guerra civil na Síria, em 2011, a Rússia mantém sua presença militar, política e econômica no país, o que gera descontentamento dos apoiadores de Al-Assad (MIKAIL, 2021).

5.3 Considerações finais

Com a invasão russa à Ucrânia, países da OTAN aplicaram sanções à Rússia sob um discurso contrário às violações de direitos humanos, democracia e liberdade. Mas, ao mesmo tempo, esses países mantêm relações com autocracias no Mediterrâneo, uma vez que buscam uma região alternativa para demandar novas fontes de gás natural e cooperação política (POLIMENO, 2022). Diante desse contexto, as atividades diplomáticas entre Rússia e região do MENA, principalmente no Egito, na Argélia e na Líbia, tornam-se cada vez mais estreitas desde a crise ucraniana em 2014 (RUMER, 2019).

As sanções impostas à Rússia a partir da crise ucraniana de 2014 levou o governo russo a buscar o estreitamento de alianças com as quais remontam suas relações desde o período soviético, em especial no continente africano. Para tanto, resgata-se que, na década de 1960, a URSS desempenhou papel importante na descolonização dos países na África, tendo em vista a agenda de política externa de Lênin, que aspirava a cooperação entre a União Soviética e os países colonizados. A influência da URSS, potência do bloco socialista, no apoio aos movimentos de independência no continente africano se tornou mais expressiva e direta após a derrota dos Estados Unidos, como potência do bloco capitalista, na Guerra do Vietnã. Já na década de 1990, com a dissolução da União Soviética, as relações entre a Rússia e os países do MENA sofreram um distanciamento, uma vez que o governo de Moscou direcionava seus esforços para lidar com questões internas. Por conseguinte, os Estados Unidos retomaram sua posição como potência hegemônica externa na região, anteriormente vinculada à URSS. Somente com a eclosão da Primavera Árabe em 2011 a Rússia retomou a sua aproximação com os países do MENA.

Sendo assim, a estratégia adotada pela Rússia em sua aproximação aos países do MENA, bem como em suas ações após as sanções sofridas pelo Ocidente nos conflitos envolvendo a Ucrânia são baseadas em três principais eixos, sendo eles: econômico, estratégico e segurança internacional. Ademais, busca-se uma projeção de poder no Mediterrâneo, como forma de demonstrar sua pretensão em se tornar uma potência global. A Argélia após 2014 se tornou o maior mercado africano para as exportações de armas russas, atrás somente da China e da Índia. O Egito e a Líbia também se tornaram um dos maiores importadores de equipamento bélico da Rússia e aliados em acordos de cooperação e energia nuclear. No que diz à Síria, a gestão de Moscou, como resposta à punição imposta pelos Estados Unidos em decorrência da crise ucraniana de 2014, interveio no conflito civil sírio como forma de interferência das ações americanas no conflito, buscando constranger os EUA a considerarem os interesses russos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo demonstrar as estratégias geopolíticas da Rússia ante a crise ucraniana desde a dissolução da URSS e independência da Ucrânia em 1991 ao início da Guerra na Ucrânia em 2022. Com as leituras e considerações ao longo do trabalho, percebe-se que os desdobramentos da dissolução da URSS levaram ao enfraquecimento da hegemonia russa no espaço ex-soviético e à expansão de instituições ocidentais, como a OTAN e a União Europeia. Com a criação da Comunidade dos Estados Independentes (CEI) no pós-Guerra Fria, a Ucrânia almejava evitar a dominância geográfica e econômica russa em seu território, o que levou a ala nacionalista da Ucrânia a querer se distanciar da Rússia e não promover uma integração política e militar com a CEI (SMITH, 1999). Dessa forma, a partir dos interesses nacionalistas da Ucrânia, a sua aproximação com o Ocidente gerou descontentamento do governo de Moscou e demonstrou sua guinada política ao Ocidente. Diante disso, procurou-se responder a pergunta de pesquisa sobre como a Rússia responde de forma geográfica e estratégica às crises na Ucrânia. Com isso, a hipótese deste trabalho pauta-se na geoestratégia da Rússia em se voltar ao sul do Mediterrâneo para projetar o seu poder em uma nova zona de influência e busca aprofundar suas relações com esses países, em especial, Argélia, Egito, Líbia e Síria, no encalço de obter uma posição hegemônica, antagonizando com o Ocidente.

Além disso, a partir das considerações feitas, nota-se que a expansão da OTAN para o leste europeu, de modo a visar a integração da Ucrânia e outras ex-repúblicas soviéticas à organização, aprofundou a instabilidade nas relações entre Rússia e Ucrânia, bem como o processo separatistas no território ucraniano, uma vez que há uma minoria de étnicos russos que almejam se incorporar à nação russa, principalmente na Península da Crimeia, região a qual foi anexada ilegalmente pela Rússia em 2014. A anexação ocorreu sob justificativa de proteção a essa minoria russa na Ucrânia e do uso do direito à autodeterminação dos povos e de secessão do Direito Internacional. Sob alegações de violações aos direitos humanos, à democracia e à liberdade por parte do governo russo, o Ocidente respondeu à ofensiva russa com sanções impostas ao país, o que o levou a buscar novas zonas de influência, com foco no Mediterrâneo (ALAMINO, 2021). Com a eclosão da Guerra na Ucrânia em 2022, o MENA tornou-se uma região visada devido ao aumento da polarização entre Ocidente e Oriente, principalmente por se tratar de uma região com vasta mão de obra barata e recursos naturais. Com a Guerra na Ucrânia,

ampliaram-se os negócios capitaneados pelo Grupo Wagner no MENA, os quais oferecem segurança e ajuda militar aos governos em troca do acesso aos recursos naturais desses países.

Consoante às leituras, a Guerra na Ucrânia reforça que um sistema internacional multipolar é mais propenso à instabilidade, a guerras e alianças menos sólidas e duradouras, essa última podendo ser observada no abandono costumeiro e histórico da neutralidade da Finlândia e Suécia, durante a Guerra Fria no curso de um SI bipolar, pois decidiram aderir à OTAN em 2023 e 2024, respectivamente. Além disso, a formação de uma união entre a Ucrânia e os países-membros da OTAN contra a ofensiva russa não ocorreu como o governo russo esperava, visto que havia a expectativa da Ucrânia se enfraquecer rapidamente e da resposta da OTAN à invasão russa ao território ucraniano ser menos ofensiva, gerando o alargamento da instabilidade no SI (WALT, 2023).

A Rússia, tida como potência no sistema internacional, ao declarar guerra à Ucrânia, que se trata de um Estado mais fraco no SI, travou uma guerra com uma coligação que contém países mais fortes econômica, política e militarmente: a OTAN. Como foi pontuado no capítulo 2 do presente trabalho, em um SI multipolar, segundo a ótica do neorrealismo, a política do poder depende da diplomacia exercida por cada Estado para criar alianças, uma vez que não há um governo mundial que os ordene. Com isso, as alianças são orientadas pelo interesse em comum entre os países, que se trata da garantia da segurança em relação aos Estados externos a elas, principalmente em um ambiente anárquico e nuclear. Um SI anárquico faz com que a preocupação central dos Estados seja a guerra, de forma com que se torna indispensável que, quando uma potência entra em guerra, as demais potências respondam à ofensiva, o que explica, em parte, o envolvimento da OTAN na Guerra da Ucrânia. Contudo, dado o caráter nuclear do SI, o receio da escalada nuclear nessa guerra é uma preocupação das potências não diretamente envolvidas, como é o caso dos Estados Unidos. Pois a preocupação maior dos Estados diz respeito à sua própria segurança e sobrevivência em relação à sobrevivência de Estados aliados (POSEN, 2022).

Ademais, mesmo com apoio externo, não há garantia de vitória para a Ucrânia, uma vez que a Rússia, ainda que com o seu poder reduzido desde o fim da Guerra Fria, terá ganhos territoriais e continuará dificultando a integração da Ucrânia à OTAN. Tem-se, portanto, a interpretação da Rússia como um Estado que se equilibra contra os Estados agressores, pois teme

que os conquistadores, isto é, a OTAN e a Ucrânia, se bem-sucedidos, buscarão por mais poder. Além disso, tendo em vista que segundo a ótica mearsheimeriana todas as potências são revisionistas, os Estados revisionistas sempre querem maximizar sua posição relativa, por isso a alteração de status quo, quando de forma satisfatória, é almejada. Conforme as leituras deste trabalho, no realismo ofensivo, o balanceamento acontece quando os Estados apoiam o Estado que foi desafiado pelo Estado revisionista (SNYDER, 2002).

Ainda, as estratégias adotadas pela Rússia ante as crises ucranianas têm como elemento importante o nível individual sobre conflitos internacionais. No primeiro nível de análise waltziano sobre conflito internacional, os aspectos do egoísmo e dos impulsos agressivos dos indivíduos leva à inevitabilidade natural e recorrente da guerra. Contudo, o primeiro nível de análise de Waltz, embora possa influenciar o comportamento dos Estados no SI, não é um fator essencial para o realismo ofensivo. Esse aspecto pode ser observado na Guerra na Ucrânia, ao supor diferentes cenários para a crise ucraniana caso o presidente da Ucrânia continuasse sendo Petro Poroshenko (2014-2019) ao invés de Volodymyr Zelensky ou, no caso do governo americano, dada as aspirações imperialistas e relevância na condução ou não das políticas da OTAN, se ainda fosse Donald Trump (2017-2021) ao invés de Joe Biden (2021-2024) (WALT, 2023).

REFERÊNCIAS

ALAMINO, Felipe Nicolau Pimentel. *Anexação da Crimeia: autodeterminação dos povos, agressão e secessão no Direito Internacional*. 2021. 350 p. Tese (Doutorado em Direito Internacional) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

ARKHANGELSKAYA, Alexandra; SHUBIN, Vladimir; LSE IDEAS. Is Russia back?: realities of Russian engagement in Africa. In: *Emerging powers in Africa*. LSE IDEAS, 2013. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/resrep45153.7>. Acesso em: 17 set. 2024.

BBC News Brasil. *Quem são os tártaros da Crimeia e por que têm papel-chave na resistência à Rússia*. BBC News Brasil, 8 ago. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ce9g5j735q5o>. Acesso em 03 set. 2024.

BOCK, Andreas M; HENNEBERG, Ingo; PLANK, Friedrich. 'If You Compress the Spring, It Will Snap Back Hard': The Ukrainian Crisis and the Balance of Threat Theory. **International Journal**, v. 70, n. 1, p. 101–109, 2015. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24709378>. Acesso em: 03 set. 2024.

BORCK, Tobias; LOVOTTI, Chiara. The MENA-Russia nexus in a time of war: dangerous liaisons for Europe? 1. ed. Milão: ISPI, 2023.

BRASIL. Aprovação da Resolução 1973 do Conselho de Segurança da ONU sobre a Líbia. Ministério das Relações Exteriores. 2011. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/aprovacao-da-resolucao-1973-do-conselho-de-seguranca-da-onu-sobre-a-libia. Acesso em: 9 set. 2024.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. "Ukraine Map". Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/ukraine/map>. Acesso em: 03 set. 2024.

DONALDSON, Robert H.; NOGEE, Joseph L. The Foreign Policy of Russia: Changing Systems, Enduring Interests. 4. ed. Armonk, N.Y.: M.E. Sharpe, 2009.

ECONOMIST. What is the Wagner Group? Russia's mercenary organisation. *The Economist Explains*, 7 mar. 2022. Disponível em: <https://www.economist.com/the-economist-explains/2022/03/07/what-is-the-wagner-group-russia-as-mercenary-organisation>. Acesso em: 8 jul. 2024.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. Union of Soviet Socialist Republics. Disponível em: <https://kids.britannica.com/kids/article/Union-of-Soviet-Socialist-Republics/353884>. Acesso em: 3 set. 2024.

FIGES, Orlando. A People's Tragedy: A History of the Russian Revolution. Nova York: Penguin Books, 1998.

FOLHA DE SÃO PAULO. Entenda o que é o G7 e quais são as diferenças para o G8 e o G20. Folha de S.Paulo, 2023. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/05/entenda-o-que-e-o-g7-e-quais-sao-as-diferencas-para-o-g8-e-o-g20.shtml>. Acesso em: 15 out. 2024.

FORSBERG, Tomas; PATOMÄKI, Heikki. *Debating the War in Ukraine: Counterfactual Histories and Future Possibilities*. 1. ed. Abingdon: Routledge, 2022.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Pan-africanismo: o conceito que mudou a história do negro no mundo contemporâneo. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/pan-africanismo-o-conceito-que-mudou-a-historia-do-negro-no-mundo-contemporaneo>. Acesso em: 30 set. 2024

GALEOTTI, Mark. *Putin's War: From Chechnya to Ukraine*. Oxford: Osprey Publishing, 2022.

GHANEM-YAZBECK, Dalia; et al. The "comrades" in North Africa. In: POPESCU, Nicu; SECRIERU, Stanislav (Ed.). *Russia's return to the Middle East: building sandcastles?* European Union Institute for Security Studies (EUISS), 2018. p. 73-82. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/resrep21138.12>. Acesso em: 19 set. 2024.

HERD, Graeme P. *Russia and the 'Orange Revolution': Response, Rhetoric, Reality?*. *Connections*, v. 4, n. 2, p. 15–28, 2005. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/26323167>. Acesso em: 03 set. 2024.

HISTORY OF RUSSIA. *Russian Empire: A History from Beginning to End*. English Edition. Hourly History, 2016.

IZHAK, Oleksii. *The Threats and Challenges of a Multipolar World: A Ukraine Crisis Case Study*. *Connections*, v. 15, n. 1, p. 32–44, 2016. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/26326427>. Acesso em: 03 set. 2024.

KARATNYCKY, Adrian. *Ukraine's Orange Revolution*. *Foreign Affairs*, v. 84, n. 2, p. 35–52, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/20034274>. Acesso em: 03 set. 2024.

KOLLMANN, Nancy Shields. *The Russian Empire 1450-1801*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

KUZIO, Taras. *Nationalism, Identity and Civil Society in Ukraine: Understanding the Orange Revolution*. *Communist and Post-Communist Studies*, v. 43, n. 3, p. 285–96, 2010. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/48609723>. Acesso em: 03 set. 2024.

LEBELEM, Cristiane; VILLA, Rafael Duarte. A guerra russo-ucraniana: impactos sobre a segurança regional e internacional. *Revista CEBRI*. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/47/a-guerra-russo-ucraniana-impactos-sobre-a-seguranca-regional-e-internacional>. Acesso em: 22 out. 2024.

LEPINSKI, Paula. *Irmandade Muçulmana teve comportamento pragmático em política externa egípcia*. Agência Universitária de Notícias, Universidade de São Paulo, 24 ago. 2015. Disponível em: <https://www.usp.br/aunantigo/exibir?id=7056&ed=1231&f=66>. Acesso em: 22 out. 2024.

MEARSHEIMER John J. Back to the Future: Instability in Europe after the Cold War. *International Security*, v. 15, n. 1, p. 5–56, 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2538981>. Acesso em: 16 ago. 2024.

MEARSHEIMER, John J. *Bound to Lose*, 2023. Disponível em: https://mearsheimer.substack.com/p/bound-to-lose?r=6o004&utm_campaign=post&utm_medium=web. Acesso em: 03 set. 2024.

MEARSHEIMER, John J. The causes and consequences of the Ukraine crisis. *The National Interest*, v. 23, 2022. Disponível em: <https://www.cirsd.org/en/horizons/horizons-summer-2022-issue-no.21/the-causes-and-consequences-of-the-ukraine-war>.

MEARSHEIMER, John J. *The Darkness Ahead: Where the Ukraine War is Headed*, 2023. Disponível em: https://mearsheimer.substack.com/p/the-darkness-ahead-where-the-ukraine?r=6o004&utm_campaign=post&utm_medium=web. Acesso em: 03 set. 2024.

MEARSHEIMER, John J. *Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault: The Liberal Delusions That Provoked Putin*. *Foreign Affairs*, v. 93, n. 5, p. 77–89, 2014. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24483306>. Acesso em: 03 set. 2024.

MENDES, Flávio Pedroso. Lakatos, o Realismo Ofensivo e o Programa de Pesquisa Científico do Realismo Estrutural. 2013. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/T.101.2013.tde-17072013-152543. Acesso em: 2024-07-08.

MIKAIL, Barah. From Syria to Libya: the limits of Russia's quest for its past 'grandeur'. In: BERGER, Chloé; SALLOUM, Cynthia (Ed.). *Russia in NATO's South: expansionist strategy or defensive posture?* NATO Defense College, 2021. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/resrep29561.9>. Acesso em: 17 set. 2024.

MUNICH SECURITY CONFERENCE. *Munich Security Report 2024: Eastern Europe*. Disponível em: <https://securityconference.org/en/publications/munich-security-report-2024/eastern-europe/>. Acesso em: 22 out. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. Descolonização. Disponível em: <https://unric.org/pt/descolonizacao/>. Acesso em: 18 set. 2024.

NOGUEIRA, Adeilson. *Guerras Brasileiras*. 2020.

OFEK, Raphael. Egypt's nuclear deal with Russia. *Begin-Sadat Center for Strategic Studies*, 2017. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/resrep16859>. Acesso em: 1 out. 2024.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Manual do Candidato – Política Internacional* / Cristina Soreanu Pecequilo -- Brasília : FUNAG, 2012.

PEREIRA, Cecília Maieron. O DESAFIOS NO CHIFRE AFRICANO: O PAPEL DE ISRAEL NO PÓS-GUERRA FRIA . In: **ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA**, 2018, Campinas. Disponível em: https://www.enabed2018.abedef.org/resources/anais/8/1535673998_ARQUIVO_PEREIRA-ENABED-2018-ArtigoCompleto.pdf. Acesso em: 30 set. 2024.

POLIMENO, Maria Gloria. The EU risks destabilising the Mediterranean in its search for new gas suppliers. *The Loop*, 21 dez. 2022. Disponível em: <https://theloop.ecpr.eu/the-eu-risks-destabilising-the-mediterranean-in-its-search-for-new-gas-suppliers/>.

POSEN, Barry. Hypotheses on the implications of the Ukraine-Russia war. *Defense Priorities*, 2022. Disponível em: <https://www.defensepriorities.org/explainers/hypotheses-on-the-implications-of-the-ukraine-russia-war/#speculations-on-policy>. Acesso em: 20 out. 2024.

PUTIN, Vladimir. On the Historical Unity of Russians and Ukrainians. Kremlin, julho de 2021. Disponível em: <http://www.en.kremlin.ru/events/president/news/66181>.

RANDIG, Rodrigo Wiese. Guerra na Ossétia do Sul: a Geórgia como foco de conflito entre a Rússia e o Ocidente. *Meridiano 47*, n. 97, p. 15-20, ago. 2008.

RUMER, Eugene. Russia Returns to North Africa. In: RUMER, Eugene. *Russia in the Middle East: Jack of all Trades, Master of None*. Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace, 2019. p. 1-12. Disponível em: <http://www.jstor.com/stable/resrep21000.12>.

SALIH, Kamal Eldin Osman. The roots and causes of the 2011 Arab uprisings. *Arab Studies Quarterly*, v. 35, n. 2, p. 184-206, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.13169/arabstudquar.35.2.0184>. Acesso em: 17 set. 2024.

SCHLESINGER JR., Arthur. Origins of the Cold War. *Foreign Affairs*, v. 46, n. 1, p. 22–52, 1967. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/20039280>. Acesso em: 16 ago. 2024.

SIDIROPOULOS, Elizabeth; ALDEN, Chris. Russia in Africa — post-Soviet re-engagement. In: *Inside the Russia-Africa Matryoshka: summitry, geopolitics and resources*. South African Institute of International Affairs, 2019. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/resrep25995.5>. Acesso em: 17 set. 2024.

SINGER, J. David. Resenha de *International Conflict: Three Levels of Analysis*, de Kenneth N. Waltz. *World Politics*, v. 12, n. 3, p. 453–461, 1960. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2009401>. Acesso em: 16 ago. 2024.

SMITH, Graham. *The Post-Soviet States: Mapping the Politics of Transition*. Londres: Arnold, 1999.

SNYDER, Glenn H. “Mearsheimer’s World-Offensive Realism and the Struggle for Security: A Review Essay.” *International Security*, vol. 27, no. 1, 2002, pp. 149–73.

SPRINGBORG, Robert; WILLIAMS, F.C. “Pink”. Russian security assistance to Algeria and Egypt. In: BERGER, Chloé; SALLOUM, Cynthia (Ed.). *Russia in NATO's South: expansionist strategy or defensive posture?* NATO Defense College, 2021. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/resrep29561.7>. Acesso em: 30 set. 2024.

STEELE, William B. Egypt's relations with the Soviet Union: an. *Naval War College Review*, v. 16, n. 1, p. 16-45, 1963. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/45237640>. Acesso em: 13 set. 2024.

THE PRINT. *Why Donetsk & Luhansk, Ukraine's rebel territories recognised by Russia, matter.* Disponível em: <https://theprint.in/world/why-donetsk-luhansk-ukraines-rebel-territories-recognised-by-russia-matter/842664/>. Acesso em: 03 set. 2024.

THIAM, Iba Der; MULIRA, James. A África e os países socialistas. In: MAZRUI, Ali A; WONDJI, Christophe (org.). *História Geral da África. VIII África desde 1935.* Brasília: Cortez, 2010. p. 965-1002.

THORUN, Christian. Explaining Change in Russian Foreign Policy: The Role of Ideas in Post-Soviet Russia's Conduct Towards the West. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2009.

VISENTINI, Paulo Fagundes. Manual do candidato : história mundial contemporânea (1776-1991) : da independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética / Paulo Fagundes Visentini; Analúcia Danilevicz Pereira; apresentação do Embaixador Georges Lamazière. – 3. ed. rev. atual. – Brasília : FUNAG, 2012.

WALT, Stephen M. *The top five lessons from year one of Ukraine's war.* Foreign Policy, 2023. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2023/02/09/the-top-five-lessons-from-year-one-of-ukraines-war/>. Acesso em: 15 out. 2024.

WALTZ, Kenneth N. *Man, the state, and war: a theoretical analysis.* New York: Columbia University Press, 2001.

WALTZ, Kenneth N. Structural Realism after the Cold War. *International Security*, v. 25, n. 1, p. 5–41, 2000. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2626772>. Acesso em: 16 ago. 2024.

WALTZ, Kenneth N. “The Origins of War in Neorealist Theory.” *The Journal of Interdisciplinary History*, vol. 18, no. 4, 1988, pp. 615–28.